



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 68

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 2018

ANO VII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA Capa
CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA 1074

TAQUIGRAFIA

16ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 11 de Abril de 2018

Presidência dos Srs.

EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente

Secretariado pelo Sr.

LEBRÃO - 1º Secretário

(Às 09 horas e 08 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (PRB), Airton Gurgacz (PDT), Anderson do Singeperon (PV), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (MDB), Ezequiel Júnior (PRB), Geraldo da Rondônia (PHS), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (MDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (MDB), Leo Moraes (PTB), Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (MDB), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (MDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (MDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Marcelino Tenório (PRP).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 16ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura da Ata da Sessão anterior.
Lida a Ata Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observação dou-a por aprovada.
Pedir para que pudesse abrir o vidro, por favor.
Vamos suspender por conveniência técnica a Sessão por alguns minutos.

(Suspende-se esta Sessão às 09 horas e 21 minutos e reabre-se às 09 horas e 22 minutos).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está reaberta a Sessão.
Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Até o momento não há Expediente, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Quero registrar a presença da Prefeita Gislaine Lebrinha, muito obrigado pela presença; Prefeito Cláudio, do Município de Theobroma, muito obrigado; Prefeito Márcio, de São Felipe; Prefeito Olvino, de Pimenteiras; registrar também a presença do Vereador Jurandir Bengala, Vice-Presidente da Câmara de Porto Velho; registrar a presença da Vereadora Daiana, Câmara Municipal de Pimenteiras do Oeste, muito obrigado pela presença.
Não há Expediente a ser lido.
Passamos às Breves Comunicações. Com a palavra o Ilustre Deputado Adelino Follador por 5 minutos sem apertes.

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Carlos Alberto Martins Manvailer*
Departamento legislativo - *Huziel Trajano Diniz*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui presentes, imprensa, pessoal que está aqui na galeria; cumprimentar os Prefeitos aqui presentes, dizer que para nós, fizemos esse pequeno expediente hoje, fazer algumas observações, inclusive, registrando a importância desta Casa nesses últimos dias quando os Deputados conseguiram mediar o Governo do Estado e as categorias que nós tivemos vários sucessos entre eles, aquela negociação da Educação que foi muito importante, nós participamos de quase todas as negociações, quase todas as reuniões e também parabenizar o Presidente desta Casa, cada Deputado aqui por ter aberto mão de Emendas, mais de 800 mil reais de cada Deputado para poder contribuir com 22 milhões para que negociasse, que fosse possível a negociação com o SINTERO. Então, foi muito importante também tivemos aqui o Projeto de produtividade do DER, também foi aprovado e ontem nós votamos o outro Projeto também sobre a estrutura do DER que é muito importante, saber que o DER hoje tem um papel fundamental, sabendo que esse ano, o ano bastante chuvoso, e as estradas estão em péssimas condições.

Ontem, estive com o novo Diretor Geral do DER pedindo que ele se empenhe para recuperar as estradas estaduais, porque sabemos, principalmente, a região de Ariquemes 100% das estradas estaduais estão em péssima situação. Foi cascalhado muito pouco o ano passado e automaticamente com esse período chuvoso está quase que intransitável a maioria das estradas estaduais. Nós não podemos continuar desse jeito, então nós estamos cobrando e o Diretor Geral prometeu que vai lá a Ariquemes, nós precisamos de mais maquinários, ali aquela região, aliás, nós estávamos olhando muitas residências precisam de maquinários e estamos pedindo que reforce com mais maquinários aquela Residência de Ariquemes senão não tem como recuperar as estradas. Nós temos de Alto Paraíso a Triunfo está intransitável, cheio de atoleiro. A RO-140 que vai para Colina, cheio de atoleiro; a RO-144 está interditada; a RO-010 está interditada. Então, eu quero aqui deixar a minha preocupação para que seja organizado, para que seja preparado para que nessa saída das chuvas seja feito um trabalho melhor.

Queria também registrar que a Ponte do Canaã lá na 010 onde está há mais de ano isolada passando só de moto em cima e a pé. O transporte escolar, a Prefeitura está gastando, fazendo mais de 30 km de volta para poder chegar lá e agora está sendo feita uma licitação emergencial, mas está demorando muito, mas, o Diretor Geral prometeu que dentro desses 10 dias conclui a licitação para começar a recuperar aquela ponte do Rio Canaã na 010, que àquela comunidade anseia muito para que seja concluída e resolvida.

Eu quero também dizer que foi muito importante a negociação com as categorias, com o Sindicato, com as categorias do DETRAN e graças a Deus ontem nós aprovamos, não foi o Projeto da expectativa da promessa que houve, mas, pelo menos eles tiveram um ganho, nem que seja mínimo, mas teve um avanço. Então, eu quero parabenizar todos os servidores do DETRAN que vieram aqui junto com o Sindicato, junto com a gente e nós tivemos vários meses de negociações e graças a Deus tivemos um sucesso no final, ontem, e eu não podia deixar, Presidente, de registrar e hoje já falei aqui na Comissão de Educação a indignação quando você, quando a gente vê a Prefeitura de Porto Velho hoje fazendo licitação para o transporte escolar. E hoje cedo ainda vimos que ainda deu deserta, ainda não foi desclassificada as duas empresas que participaram e as crianças, no município igual Porto Velho, com uma arrecadação de R\$ 1 bilhão 380 milhões e agora que está

fazendo licitação para transportar, hoje dia 11 de abril e ainda não temos ônibus para transportar.

Então, hoje na Comissão de Educação nós já registramos isso, a nossa indignação pela falta de responsabilidade de ter licitado isso o ano passado para que esse ano soubesse quem que iria transportar e providenciasse que todo mundo sabia que fevereiro é a época de começar as aulas. Então, é questão de gestão, quanto mais dinheiro parece que passa para Porto Velho pior fica a situação. Está tomando, estão aqui os Prefeitos, a arrecadação do interior; estão tomando até o retroativo daquilo que foi repassado por causa dessas usinas, por causa dessas turbinas que são acionadas aqui automaticamente tira o ICMS do interior e eu faço aqui um apelo para a AROM – Associação dos Prefeitos, que brigue que nós temos aí já uma decisão do Supremo que está errado esse cálculo do ICMS das usinas. Eu já falei para o Presidente da AROM e ele falou que não pode acionar um sócio, porque Porto Velho é sócio da AROM, mas, eu fui Secretário da AROM e tem 51 municípios que estão sendo prejudicados, tem mais três ações e nós, os Prefeitos do interior têm que criar uma situação independente, porque o atual Presidente só cria expectativa em cima de uma situação que não tem, que é essa das Usinas aí, fica criando e a gente sabe que é muita conversa e pouco resultado. Está trazendo os Prefeitos todo momento aqui e sabe que isso aí é só promessa e nós sabemos que as usinas nunca cumpriram compromisso, o Governo do Estado para tirar o foco de cima deles lá quando houve aquela pressão para poder passar o dinheiro dos Fundos, jogaram em cima das usinas. A Presidência, aqui esta Casa também, nós fizemos o mesmo jogo, e, aí estão cada vez mais os Prefeitos vindo do interior, gastando e chegando aqui e voltando sem ter nada. Então, hoje a situação dos Prefeitos está muito difícil e nós queremos que sejam mais respeitados.

E eu quero deixar aqui registrado que nós naquela reunião falamos e as usinas se responsabilizaram de depositar os 81 milhões que depois nós íamos ver o projeto, nem que fosse judicialmente, e até ontem não aconteceu nada e tem gente ainda pressionando os Deputados para votarem, e nós vamos ser responsabilizados amanhã, nós não podemos ser irresponsáveis que tudo que acontecer aí e mesmo que depositem, ainda temos que analisar bem porque a responsabilidade nossa é muito grande, tudo que acontecer nessas usinas, embora nós não estamos autorizando para elevar não, nós só estamos autorizando para desafetar as três reservas, mas, mesmo assim a população não vai entender e vai responsabilizar esta Casa, eu não concordo. Daqui a pouco nós estamos com..., que seja comprado o projeto, praticamente está sendo exigido que faça algo em troca esse dá cá e pega lá; isso está errado e a Assembleia tem que ter responsabilidade. Quando foram feitas essas usinas não era para ampliar, era daquela maneira que estava antes, então estão alterando o projeto, aquilo que ganhar aqui na Santo Antônio perde lá na Jirau, porque vai perder também a queda da água de Jirau, então é ilusão dizendo que vai aumentar energia para o país, quase que vai empatar e nós estamos criando uma situação para todas as pessoas que moram na região com um risco, um dano muito maior sem ter retorno nenhum. Então nós temos que ter, ontem o pessoal de Jaci-Paraná estava aqui em peso e a gente viu que as usinas estão conseguindo dividir Jaci-Paraná, estão criando uma guerra dentro de Jaci-Paraná, uns a favor e outros contra e tem políticos usando para poder fazer isso e as usinas têm que ser responsabilizadas pela desunião. Ontem aqui houve ameaça de morte na saída, nós temos que ter responsabilidade para não chamar esse pesso-

al e criar esse ambiente aqui dentro e dividir essas pessoas, pessoas que são vizinhas, pessoas que conviveram, pessoas que nasceram juntas e hoje são inimigas por causa dessas usinas que tanto destruíram Rondônia, estão destruindo não só Jaci-Paraná, mas toda a beira desses rios, desses lagos e só está sobrando ônus, o bônus é para o resto do Brasil, e nós não podemos sacrificar Rondônia para continuar destruindo, destruir Rondônia para querer contribuir com o Brasil como algumas pessoas falam que vai dá energia para São Paulo. Eles têm tanto lugar para pegar energia em outros Estados e a gente está aqui se sacrificando, querendo sacrificar a população nossa para fazer o quê? Se nós não temos retorno e quando tem uma promessa e essa promessa é só papo porque, se eles tivessem vontade, se eles tivessem decisão eles teriam depositado judicialmente e falado: 'está aqui o recibo, está aqui garantido o recurso, vocês aprovando está desbloqueado o dinheiro'. Cadê essa vontade? 'Não, depois eu vou pagar a prestação daqui a três meses'. O ano passado era para pagar agora em maio e agora não é mais maio, agora é não sei quando, então isso é só balela, isso é só conversa, eles nunca cumpriram uma ação judicial vão cumprir promessa? Isso nós temos que acordar e ter responsabilidade com esse projeto. Então da minha parte nós assumimos o compromisso e queremos que seja de uma vez por todas eliminado esse projeto, rejeitado para que não tenha mais esse risco de dar mais prejuízo para o Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Cumprimentar e agradecer a presença do Prefeito Evandro Epifânio, do Município de Rio Crespo, obrigado prefeito pela presença; também o Vereador Marcelo, do município de Nova Brasilândia, nosso amigo; Vereador Lino, de Nova Brasilândia, e demais pessoas, o Prefeito Ailton que eu estou vendo, alguns já foram registrados, à medida que chegar aqui pela assessoria nós vamos registrando; Prefeita de Seringueiras Leonilda, nossa amiga presente, muito obrigado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Presidente, agradecer também a presença dessa grande liderança do Vale do Jamari e quero cumprimentar aqui em nome do Deputado Léo Moraes, em nome do Deputado Jesuíno o nosso amigo grande líder agrário, comunitário da região do Vale do Jamari, nosso amigo Quixadá que nos honra com a sua presença hoje aqui, seja bem-vindo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Não há mais oradores inscritos nas Breves Comunicações. Encerradas as Breves Comunicações, passamos a Ordem do Dia. Solicito ao Sr. Secretário que proceda a leitura das proposições recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LÉO MORAES. Acrescenta dispositivo ao artigo 81 da Lei Complementar nº 827, de 15 de julho de 2015.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA ROSÂNGELA DONADON. Dispõe sobre os critérios das taxas cobradas pelos estacionamentos terceirizados e privatizados no caso de extravio de ticket. Lidas as matérias, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Por conveniência técnica está suspensa a Sessão.

(Suspende-se a presente Sessão
às 9 horas e 39 minutos
e reabre-se às 12 horas e 05 minutos)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está reaberta a Sessão.

Solicito dar continuidade à leitura das proposições recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE LEI DA MESA DIRETORA. Altera a Lei nº 2.733 de 27 de abril de 2012.

- PROJETO DE LEI DA MESA DIRETORA. Altera o artigo 3º da Lei nº 2.732, de 27 de abril de 2012.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sr. Presidente, Questão de Ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu solicito à Mesa Diretora, a quem de direito que representa esta Casa que informe a comunicação interna da Ordem do Dia desta Sessão Ordinária. Eu quero que seja apresentado pela Mesa, todos os Deputados, a assinatura do chefe de gabinete ou dos responsáveis pela Ordem do Dia. Tem? Tem ou não?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jesuíno, não foi feita a Ordem do Dia.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não foi feita. Solicito que fique registrado nos Anais desta Casa para possíveis intervenções judiciais também para que seja respeitado o Regimento Interno.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Nós não vamos votar nesta, na Ordinária, vou convocar uma Extraordinária.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Então o senhor vai respeitar então o rito, eu quero o direito de fala. A gente vai votar este projeto. Caso seja pautado um Projeto deverá respeitar o Regimento Interno desta Casa. Só isso que estou pedindo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Se for, o Projeto será votado, vai ser convocada uma Extraordinária.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu vou falar que eu estar inscrito na Ordem do Dia. Todos os Deputados também têm o direito de falar, a gente não sabe o horário que vai se proceder, então, solicito que seja dado o direito da Ordem do Dia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia. Solicito ao Sr. Secretário que proceda a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há matéria a ser apreciada, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu estou inscrito, eu vou falar.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o ilustre Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Em primeiro lugar cumprimentar a todos os Deputados presentes; a todas as autoridades; a todas as pessoas que se encontram neste recinto; a todos os trabalhadores também que estão conosco neste dia.

Eu vim falar quanto ao Projeto de Lei Complementar 102 que trata das compensações para a afetação de algumas áreas no que tange o lago de Santo Antônio. Mas, eu quero que coloque também, enquanto estou falando, as imagens e o vídeo que está aqui disponibilizado. Eu quero que seja colocado agora, neste exato momento para todos e que fique registrado.

Senhores, nenhum Deputado aqui nesta Casa é contra qualquer Município, é contra o povo de Rondônia. O que nós estamos debatendo e discutindo aqui é um Projeto de Lei que autoriza Santo Antônio Energia a ter o direito através do IBAMA, uma autorização que vai disponibilizar um funcionamento de mais seis turbinas, das 44 que foram autorizadas em primeiro momento. Frisa-se que não estava registrado.

E se eu não tiver, senhor Presidente, o direito de fala; vou pedir que feche o vidro, aí vou querer suspender também. Por mim quanto mais o tempo tiver de incômodo eu vou ficar aqui solicitando o tempo necessário. Eu peço que seja respeitado o meu direito de fala.

(Às 12 horas e 10 minutos, o Sr. Maurão de Carvalho passa a Presidência para o Sr. Edson Martins)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu só gostaria de pedir que mantivessem a ordem para assegurar a fala do Orador inscrito. Por favor, todos os presentes; vamos manter a ordem e o silêncio para o Deputado Jesuíno possa fazer a apresentação dele.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Então, estão aqui às imagens, que vamos começar a passar aqui, isso é lá de Jaci-Paraná. São rachaduras que estão, e outras imagens que estão... Aqui é o lago da BR que está a praticamente de 80 centímetros a um metro, praticamente já tomando a via, sem ter autorização desses 81 centímetros. Aqui são os imóveis, as casas que estão, praticamente, sem condições de uso, por conta que, a água está infiltrando todos os imóveis. Mas eu quero dizer a todos os prefeitos que se encontram aqui presentes, quem sabe podem um dia também estar presente nesta Casa Legislativa, que nada impede. Que Santo Antônio Energia, na última audiência, eu vou falar da última Audiência, que aqui eu tenho um processo em minhas mãos, não esteve aqui na Casa para debater com os próprios prefeitos, os Deputados e as demais autoridades presentes, o que seria devidamente autorizado e consagrado para os municípios. E o município de Porto Velho, Jaci-Paraná, nós temos aqui o Baixo Madeira.

O Sr. Lazineho da Fetagro - Deputado, Abunã, Deputado, Abunã hoje.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Aqui o Deputado Lazineho, Abunã no hoje como se encontra.

tram presentes. Quem garante aqui em Lei, quem garante aqui em Lei, que esse projeto que vai ser autorizado, Santo Antônio vai respeitar qualquer acordo? Não tem um documento assinado pelo chefe maior da empresa, não tem! Amanhã, os Deputados que estiverem aprovando esse Projeto estarão, praticamente, aqui consolidando e autorizando que ainda ocorra um mal, maior com essa comunidade, com essa sociedade.

Então, eu fico me perguntando, eu fico aqui imaginando, qual é o intuito de Santo Antônio quer aprovar isso? Já que já existe, inclusive, rumores que as seis turbinas já estão funcionando de forma precária, já estão funcionando de forma precária. Cabe aqui à gente como uma forma responsável, que deveria aqui hoje, Santo Antônio presente aos parlamentares, representantes legítimos, legítimos do povo de Rondônia, os quais foram eleitos, aqui consolidar um acordo, mas de forma efetiva.

Não depositaram o valor de 81 milhões na conta do Tesouro. Não tem respeito pelo próprio Presidente Maurão, que aqui eu tenho guardado em uma fala dele, que nunca estiveram aqui presente para discutir esse assunto conforme aqui, de forma aqui, dando a cara, com enfrentamento com o povo. A gente aceitar isso, é aceitar que mais pessoas sejam prejudicadas. Cadê o retorno por parte da União, a qual deveria no mínimo anistiar em 50%, em 50% da tarifa de energia para o povo de Rondônia. Cadê o aumento, a questão do ICMS, que a cada dia é majorado. O que nós temos de retorno para o povo de Rondônia. Não voto. E no que depender das nossas ações, serão totalmente contrárias.

Espero que o Presidente Maurão, Presidente Maurão, respeite o Regimento desta Casa, respeite o Regimento desta Casa. Que ontem já foi um ato lesivo ao Regimento, quando o Deputado Lebrão pediu para retirar o projeto de pauta e não tinha no regimento jurídico e regimental essa devida autorização.

O Presidente Edson autorizou ao bel prazer sem colocar para o plenário. Deputado Dr. Neidson.

O Sr. Dr. Neidson – Um aparte Deputado Jesuíno. Essa aí é ponte do Rio Araras, da qual é muito antes aí do Município de Nova Mamoré e Guajará-Mirim, do qual vocês vão ver que a água já está encostando, essa imagem aí foi feita há uns três dias. E nós vamos ver o estacionamento das voadeiras, onde é na BR-425. Subindo 81 centímetros dessa cota que querem, nós teremos o isolamento de mais 80 mil pessoas de dois municípios aí como foram realizados. Vejam só onde estão as voadeiras e os barcos? Ok! Então sou contra e me posiciono contra também esse Projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Deputado Aécio, pode falar no aparte.

O Sr. Aécio da TV – Deputado Jesuíno, eu já me posicionei desde o primeiro momento que esse Projeto chegou aqui na Assembleia, eu tenho me posicionado, mas, o que a gente percebe é que Santo Antônio Energia não está preocupado com a população de Rondônia, está preocupado com os interesses comerciais da Empresa de Santo Antônio Energia. Se tivesse preocupada com a população de Rondônia fazia uma proposta como gerador, já que as 44 turbinas que tem, mandando para o Brasil, as outras 06 é só para a região, o que ela fazia? Ela mandaria para cá um Projeto subsidiando a energia do consumo interno com 50% de desconto para os moradores de Rondônia, fazia com 50% de desconto chegava ao

final da conta dava 50% a população de Rondônia, como produtor de energia para o País inteiro, tinha o direito de receber esse benefício. Se quisesse beneficiar a população era isso que estava aqui propondo, não essa história de querer mandar dinheiro para os municípios, fazer de conta que vai resolver o problema. Eu fui Vereador na época das compensações, a confusão que fez, a dificuldade que foi para honrar os compromissos e muitos deles fizeram meia boca, fizeram pela metade. Você aceitar compromisso de Santo Antônio Energia é simplesmente jogar a população no caos, porque no final não vai cumprir nada, a gente vê o que acontece com os atingidos que estão aí sofrendo até hoje, a dificuldade para os moradores, os proprietários que foram inundados para receber o ressarcimento, a indenização das suas áreas, 80 centímetros a mais em cima disso aí vai ser um caos para o Estado de Rondônia, por isso parabéns pelo seu posicionamento, eu sou contra e jamais serei a favor dessa inundação que estão fazendo com o Estado de Rondônia.

(Às 12 horas e 17 minutos, o Sr. Edson Martins passa a Presidência ao Sr. Maurão de Carvalho)

O SR. JESUÍNO BOABAID – Aqui é o voto. Ainda não está nas discussões, a gente está no direito ainda que antecede possível votação que será numa próxima Sessão e eu quero dizer, independente das pessoas, inclusive, eu tenho denúncias aqui que pessoas estão sendo pagas para estarem aqui no Plenário, para estarem nessa condição, pessoas que nem residem, às vezes, no local, mas, isso não interfere.

Presidente Maurão, se interromper a minha fala eu vou interromper os 10 minutos, eu vou ficar aqui, não tem problema.

(Alguém fala na galeria, fora do microfone)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Por favor, fecha o vidro aqui para esse rapaz aprender a respeitar esta Casa viu e o que você fala, você tem que saber para provar. Vai respeitar esta Casa, por favor, retirem esse rapaz para fora aí, por favor, segurança, para ele aprender a respeitar esta Casa.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Maurão, ele está aí com duas crianças doentes, veio lá de Abunã.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Quando a pessoa fala uma coisa ele tem que provar, vem aqui tacar pedra.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Ele está desesperado com duas crianças doentes aí, olha as duas crianças que está no pé dele.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Essa pessoa não sabe o que está falando.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Maurão..., não faz isso não, não faz isso não. Essas duas crianças estão doentes aí, eu gostaria da segurança aqui, respeitem, não faça isso não. Deputado Maurão, eu não concordo com isso não. Essas duas crianças estão aí estão doentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu vou pedir a segurança que deixe.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deixa aí, deixa aí, deixa aí, não tire não.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pode deixar segurança, não precisa tirar não, ele só tinha que escutar para ele respeitar.

Eu só quero que respeite, fique no seu lugar aí. Falta de respeito, não precisa tirar não, Deputado Hermínio.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA – Está acusando o Presidente de uma coisa muito séria, isso não pode acontecer. O Presidente merece respeito.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu continuando a minha fala agora dá para a gente,...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Agora a pessoa para acusar ele tem que provar. Não, eu sei que está desesperado, mas com desespero não vem atacar ninguém não. Tudo bem, já mandei deixar...

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA – Deputado Adelino, por causa do desespero dele, ele não pode usar termos tão agressivos, irresponsáveis ao meu Presidente, eu também exijo respeito a esse homem que eu tenho certeza do caráter dele e da responsabilidade com esta Casa.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu não ouvi nem a denúncia depois a gente pede para registrar, eu não ouvi o que ele falou.

Mas aqui, independente de qualquer situação, de qualquer acusação, por isso que eu digo, uma acusação tem que ser provada. Mas, o meu posicionamento de muitos Deputados é contrário, é contrário.

O Sr. Léo Moraes - Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pode falar.

O Sr. Léo Moraes – Rapidamente, nem vou entrar no mérito dessa discussão. Só registrar que o cidadão que está aqui, ele não usou palavra de baixo calão, ele não quebrou o decoro e a ordem da Assembleia Legislativa. Portanto, não faz sentido, ele sair aqui do nosso plenário e da nossa galeria, por gentileza por questão de ordem e respeito e é quem nos coloca aqui, só por isso, ele não fez nada demais, ele deve ser mantido aqui, por favor.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Léo, eu até concordo com a sua fala. Agora, eu vou mandar apurar a acusação que ele andou fazendo.

O Sr. Léo Moraes – Aí sim.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Isso eu vou mandar apurar e ele vai ter que provar, depois ele vai ter que provar o que ele anda acusando. Porque uma pessoa acusar outra pessoa, ele tem que ter prova, não é sair falando de qualquer maneira. Só vai ter que provar o que falou, isso eu quero que seja provado. A pessoa para falar do outro, ele tem saber o que está falando, só isso.

Está com a palavra Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – O senhor apura, o senhor está com toda razão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Quero que peguem o nome dele depois que vou mandar apurar. Não vou aceitar ninguém me acusar de uma coisa que eu não devo, expondo, que eu sou homem público e tenha respeito, não aceito alguém que não sabe o que fala, vir falar aqui querendo me atacar de dedo na cara. Então, eu quero que meu pessoal pegue o nome, CPF e identidade, depois, ele vai ter que provar o que ele falou, só isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID – O Senhor quer falar Deputado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Deputado Jesuíno, eu só queria por uma questão aí de colaborar aqui com a discussão. Eu acompanho é claro por estar nesta Assembleia há três mandatos, eu acompanhei desde o começo das discussões das usinas até hoje. Existe uma desconfiança do Deputado Adelino, de Vossa Excelência também de que a Usina Santo Antônio, possa não cumprir os acordos que foram acordados com o Presidente Maurão, com o Ministério Público. Agora eu só queria dar aqui um testemunho, eu não sou defensor de usina, eu não tenho nada com essas usinas, mas, eu procuro ser um defensor daquilo que é justo e verdadeiro. Até hoje pelo que eu sei a Usina Santo Antônio, nunca deixou de cumprir um só compromisso, o povo de Jaci-Paraná sofreu um impacto muito grande em todos os aspectos, mas principalmente pela irresponsabilidade de um Prefeito daquela época que ao invés de lutar pelo povo de Porto Velho, e mais particularmente pelo povo de Jaci-Paraná, que sofreu os maiores e piores impactos com a construção dessas hidrelétricas, ele barganhou tudo para ele e deixou o povo como diz no linguajar popular: chupando o dedo. Por isso, nós não podemos desconfiar de que nesse momento a usina Santo Antônio, não vai cumprir com que está acordado, é claro, eu particularmente respeito à opinião de cada Deputado aqui, respeito o voto de cada Deputado. Mas nessa questão da desconfiança, Deputado Jesuíno; tenho certeza que ela não vai deixar de cumprir com os 30 milhões que vai melhorar muito a comunidade de Jaci-Paraná, e com os outros 51 milhões que vai dividir com os 51 Municípios e nós sabemos como é que está à situação dos nossos Municípios, o pessoal numa situação difícilíssima. Ontem o Deputado Lebrão, falou aqui, que tem prefeito querendo renunciar porque não aguenta, não fecha as contas é o problema da saúde, da educação porque a crise do Brasil atingiu muito nos últimos anos, todos os municípios do Brasil, e, Rondônia foi muito penalizada com isso; por isso, um milhão a mais na vida de cada município nesse momento é muito significativo, é muito importante. Então, nós temos que ter muito cuidado nas nossas posições aqui dentro da Assembleia Legislativa, porque eu não estou condenado aqui ninguém que é contra essa votação, mas, nós temos que ter bastante equilíbrio, por que às vezes ao invés da gente está ajudando a população, nós podemos estar prejudicando. Então, vamos agir com muito equilíbrio respeitando o voto de cada um. Eu respeito o voto de cada um, mas, vamos ter cuidado nas nossas declarações e nas nossas ações aqui dentro, muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Muito obrigado Deputado Ribamar Araújo.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu ainda estou com tempo. Eu abri a fala para todos.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jesuíno para concluir.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu tenho ainda um prazo razoável. Mas dizer que esse Projeto de Lei Deputado Ribamar Araújo, era o último Projeto que nós teríamos de tentativa de buscar a solução dos problemas das pessoas que foram realmente afetadas. Vai ficar Triângulo, vai ficar Baixo Madeira, vai ficar a Santo Antônio, que é a Teotônio, Vila de Teotônio, vai ficar a questão de Joana d'Arc, Morrinhos, e segue lista. Amanhã, eu quero saber a lista dos 52 Prefeitos que estão com um ano e quatro meses de mandato e os Deputados que faltam meses, meses para terminar seu mandato. Prefeito, aqui eu quero dizer tem condições favoráveis, tem condições favoráveis exemplo, Deputado Cleiton Roque tem sua esposa, ele deve votar favorável, se a esposa dele está com problema que é prefeita, deve votar favorável, assim como a filha do Deputado Lebrão que também é prefeita, deve votar favorável, deve votar favorável. Agora analisar dizer que Santo Antônio e Jirau cumpriram com os acordos, estamos chamando o Ministério Público Federal e Estadual de mentirosos, de mentirosos, porque o que temos aqui é uma recomendação que diz que tem para mais, mais de 17 ações civis públicas que eles não cumprem nenhuma medida judicial, quem dera administrativa. Então, pasmem senhores, não são 30 milhões de reais que vai salvar Jaci-Paraná, não é um milhão de reais que vai salvar os prefeitos dos municípios, agora vamos, como o senhor disse, cada um tem o direito de votar da forma que pensa, eu e muitos aqui não irão carregar, não irão carregar nessa Legislatura, para mim vai ser como se fosse uma condenação para essas pessoas que estarão afetadas, eu não vou se responsável do meu voto, do meu voto e de muitos que acreditaram na nossa pessoa em deixar essas pessoas nessa condição, nessa condição sem saúde, sem educação, sem um lugar adequado para residirem e morarem. Então Presidente Maurão era isso que eu queria falar.

O SR. LEBRÃO – Só um apartezinho Deputado Jesuíno. Mais uma vez eu quero dizer que cada Deputado tem a sua opinião própria e o seu direito de colocar aí a sua opinião e colocar também o seu voto, e quando V. Ex^a fala, inclusive, do Deputado Cleiton Roque que a esposa dele é prefeita lá de Pimenta Bueno e da mesma forma a Prefeita Lebrinha, que também é prefeita do município de São Francisco do Guaporé, eu quero dizer para V. Ex^a que eu não tenho nenhum tipo de preocupação com o município de São Francisco do Guaporé, inclusive, eu posso falar em nome da própria prefeita que tem uma folha hoje de aproximadamente 42%, então ela está 100% dentro do índice prudencial. Agora eu tenho uma preocupação muito grande com Guajará-Mirim, eu tenho uma preocupação muito grande, por exemplo, com Costa Marques, com Novo Horizonte e a maioria dos municípios que ocupam o Estado de Rondônia hoje, então é por isso que eu digo que 30 milhões de reais, e, eu quero dizer isso para as pessoas de Jaci-Paraná que estão colocando-se contra que é um direito deles, 30% faz 100% do saneamento básico de Jaci-Paraná que é da maior importância para o Distrito. E eu quando critico o que foi feito com as compensações das hidrelétricas aqui no município de Porto Velho eu critico os dois prefeitos que administraram anteriormente, hoje a prefeitura de Porto Velho que é administrada pelo Hildon, eu acredito que ele tem condições e ele tem o maior interesse para que se aprove esse projeto para ele poder investir esse recurso principalmente no Distrito. E também aproveitei o espaço aqui no pro-

nunciamento no Deputado Dr. Neidson e aí eu tive a oportunidade de ir para Guajará-Mirim neste último fim de semana e aquilo que o Deputado Dr. Neidson coloca é aquilo que acontece todos os anos em Guajará-Mirim, em Costa Marques e o lago de Santo Antônio não tem nenhuma ligação com a rodovia que vai a Guajará-Mirim, o que está se discutindo aqui hoje é exatamente a elevação do lago de Santo Antônio e as compensações das usinas, sem dúvida nenhuma, têm que ser aplicadas e hoje o projeto que nós estamos aprovando e o tratado que foi assinado tem hoje força de nota promissória, inclusive, pode ser executado por todas as prefeituras, assinado pela AROM, pelo Presidente da Assembleia Legislativa, então a gente respeita, respeita todas as opiniões que estão sendo colocadas aqui hoje. Eu entendo que nós já discutimos exaustivamente esse projeto e eu gostaria que fosse colocado, Presidente, em votação e aquele que for a favor, vota a favor, aquele que for contra, vota contra, é um direito de todos e a população do Estado de Rondônia sem dúvida nenhuma está acompanhando atenciosamente o que está acontecendo dentro do parlamento. Mas parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. CLEITON ROQUE – Pela ordem...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu terminei já.

O SR. CLEITON ROQUE – Só um breve comentário, eu fui citado até de maneira cordial Deputado Jesuíno e V. Ex^a de maneira alguma quis me diminuir, mas, até para dizer que se V. Ex^a for hoje a Pimenta Bueno em virtude das chuvas o município também lá está debaixo da água. Está aqui o Prefeito Olvindo que é do município de Pimenteiras, se você for lá a Pimenteiras que não tem nada a ver com a usina do Madeira, também está debaixo da água. Só quero dizer que da mesma forma que o município de São Francisco do Guaporé está dentro do limite prudencial, Pimenta também. Agora eu também estou preocupado aqui com a situação de Jaci, eu também estou preocupado aqui com os prefeitos de São Felipe, Primavera, Espigão, todos os Prefeitos rondonienses, então essa é a opinião e de maneira muito respeitosa, respeitar a sua opinião como de todos demais Deputados aqui. Dizer que eu sou voto favorável a esta matéria desde quando o ex-prefeito Jean Mendonça que está no campo da oposição em Pimenta Bueno, ele era prefeito eu já me posicionava aqui, Deputado Lebrão, defendendo essa matéria por entender de que aprovando ela não vai alterar nada a situação que está hoje, e a partir dessa aprovação, tem sim a possibilidade de organizar os royalties tanto para o Município de Porto Velho, quanto para o Governo do Estado, aplicar de maneira mais eficiente para o bem da população.

O Sr. Ribamar Araújo – Deputado Jesuíno, eu sei que estou atrapalhando o discurso de V. Ex^a, mas não é essa a minha intenção. Mas é só para dar algumas dicas verdadeiras que eu tenho conhecimento. Eu quando falei aqui eu não me referi a hidrelétrica de Jirau, essa eu não sei, eu nunca a vi cumprir as coisas, também não sei se prometeu. Eu só sei, falo de Santo Antônio e não significa com isso, Deputado Jesuíno que tudo que exigiram dela, ela se comprometeu a sanar. Eu estou dizendo, defendendo, que tudo o que ela se comprometeu até agora ela cumpriu. Além do mais, Deputado Jesuíno, ela tinha um compromisso somente com Jaci-Paraná, a princípio. Foi uma luta do Deputado Maurão porque ela tinha se comprometido somente de repassar um dinheiro para Porto Velho para ser aplicado em favor da população de Jaci-Paraná, que repito

mais uma vez, foi a população que sofreu o maior impacto de todos. Mas aí uma luta do Deputado Maurão, colocou, barganhou e conseguiu mais 51 milhões para os municípios. É um mérito seu Deputado Maurão, porque a princípio eles nem queriam aceitar isso, mas, findaram aceitando porque precisam evidentemente desta votação. Outra coisa, pelo que eu sei, Deputado, posso até estar enganado, mas, acredito que não, a elevação já está feita, as turbinas já estão em funcionamento. Não causa mais nenhum impacto daqui para frente, pelo que eu sei não causa mais nenhum impacto. E eles estão tendo prejuízo porque não estão recebendo este excedente de energia que vai passar exatamente essa compensação. Então eu acho não sei exatamente, Deputado Jesuíno, estou tentando esclarecer um pouco. Se é que o meu conhecimento é o real. Agradeço a V. Ex^a, desculpe eu interromper mais uma vez o seu discurso.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu já encerrei.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado.

O SR. DR. NEIDSON – Permita-me um aparte, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (PRESIDENTE) – Eu gostaria que o Deputado Jesuíno já concluísse.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É só para falar que a gente está colocando aqui dentro deste Projeto de Lei Complementar uma condição que o Estado teve erro judicial, erro de Lei, o ICMS, deveria ser os royalties de uma forma adequada. Agora dizer, eu sei, Deputado Lebrão, como eu falei, se a minha esposa fosse prefeita, eu votava favorável, se fosse a necessidade de analisar uma conjectura eu votaria favorável, mas, com todas as ressalvas proponentes, eu quero dizer que não sou contra ninguém. Mas, por entender, por estudar e por chamar esta discussão por diversas vezes nesta Casa, que me sinto muito bem à vontade em votar contrário.

O SR. DR. NEIDSON – Presidente, só mais uma colocação.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, obrigado Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. DR. NEIDSON – Só uma colocação antes com relação ao que foi dito pelo Deputado Lebrão. Nós temos lá em Guajará-Mirim, assim, todos os anos; sobe o nível do rio, mas, não nesta proporção. E eu estive ontem pela manhã, que foi aniversário de Guajará-Mirim e conversei também com o Prefeito Claudionor lá de Nova Mamoré. E ele me disse que várias localidades lá em Nova Mamoré, também, principalmente em áreas rurais que dão acesso, estão embaixo d'água. Isso não ocorria antes da usina, fato que ocorreu ontem pela manhã juntamente lá na Prefeitura de Guajará-Mirim com o Prefeito Claudionor. E o Bairro Triângulo também está embaixo d'água, lá em Guajará-Mirim. Só esta colocação.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Sr. Presidente, Deputados, eu ouvi agora o Deputado Ribamar, nobre Deputado, dizer que não vai alterar o quê? As turbinas já estão funcionando, o lago já... Isso é um desrespeito com o Estado de Rondônia. Pior ainda. É para mostrar a responsabilidade que esse povo tem com o Estado de Rondônia. Recomendação de Ministério Pú-

blico, contra. Até estes dias o IBAMA, contra. E tudo contra eles da forma como eles fizeram. E agora mais uma denúncia de que está tudo funcionando já, só falta nós, Deputados, cachos do Poder, votar para homologar aquilo que eles já fizeram aleatoriamente no nosso Estado.

(Vaias)

Tranquilo que eu sou acostumado com vaias e aplausos. Pode ficar tranquilo.

Não dá para entender a gente verificar estas fotos. Eu entendo a situação dos prefeitos, prefeitos meus amigos, independente disso não tem problema nenhum, sei a dificuldade, por isso que eu não quero ser prefeito. Mas, vendo as imagens que a gente viu aqui, de agora. Vendo que eu já vi aqui nos assentamentos Joana D'Arc, aqui em volta daquelas famílias que não foram indenizadas por estar fora do limite de pesquisa, segundo dados técnicos colhidos pelas usinas. Eu estive pessoalmente em propriedades que não estavam dentro da área de indenização e cavei 30 centímetros lá, o lençol freático está a 30 centímetros da margem. Não produz capim, não produz café, não produz nada. Eu queria saber qual é uma proposta feita agora? Qual é o proprietário rural que está aqui que tem coragem neste Estado de Rondônia, aqui na região de Porto Velho vender uma propriedade de 42 alqueires com curral, cerca, casa, energia elétrica por R\$ 80.000,00? Que esta é a última proposta feita aqui na região do Assentamento Joana D'Arc. Uma coisa é você analisar o Distrito de Jaci, que eu espero e aí os moradores de Jaci, vai ser aprovado aqui, porque tem voto suficiente para aprovar. Eu espero que eles cumpram o que eles não cumpriram até agora, eu espero que quem vote a favor e o povo esteja certo. Porque o melhor para nós é acertar. Agora, eu digo para vocês, até hoje não cumpriram. Eu acompanho desde a época que eu era Presidente da Fetagro. Eu fiquei acampado com famílias aqui na rua, 90 dias, e essas famílias estão jogadas às traças. Então, quem é que quer receber uma indenização dessas que eles propõem? É muito fácil colocar na cabeça de uns ou uns contra os outros dizendo: "não, esse povo já foi indenizado e estão querendo mais". Mas não é a realidade, não é unanimidade, não são 100%. Têm pessoas espertas em qualquer lugar. Agora os mais espertos de todos são essas pessoas do Consórcio, senhor Presidente. Se colocaram as turbinas para funcionar, sem autorização desse Estado, esse parlamento está sendo desmoralizado. Esse Estado está sendo desrespeitado. Não tem autoridade política nesse Estado para eles fazerem isso e eles fazem. Outra coisa, quem fez o acordo aqui não foi representante de... Não foram superiores do consórcio não. É um advogado que veio para cá, amanhã ele é demitido, entra a nova concessionária, toma conta, fala: "não tratei nada". E esta Casa, senhor Presidente, vai ficar mais uma vez com a cara que não devia ficar. Pois não Deputado Aécio.

O SR. AÉLCIO DA TV – Deputado Lazinho, eu agradeço como morador de Porto Velho desde 1993, portanto, são 25 anos morando aqui. Eu agradeço muito a preocupação de V. Ex^a, principalmente, com a nossa Capital. Há dez anos, quando ouvi falar dessas usinas, quando estava começando o projeto, nós ouvimos tanta história linda aqui. Porto Velho teria 100% de água tratada, que Porto Velho teria 100% de rede esgoto, que Porto Velho ia ter os melhores hospitais, que Porto Velho ia ser o paraíso, nós íamos viver num paraíso. Porque as usinas estavam chegando para resolver com as compensações todos os problemas da nossa Capital. Felizmente, realmente aconteceu

para as usinas estar aqui hoje pedindo isso de novo. Quero agradecer a usina e as compensações por toda essa maravilha, todo este sonho que foi realizado com a população de Porto Velho. Provavelmente, os proprietários desse empreendimento nunca circularam pelas periferias da nossa Capital, porque se eles tivessem circulado uma vez sequer, Deputado Jesuíno, eles não teriam coragem de estar aqui hoje nesse parlamento pedindo autorização para elevar 80 centímetros no nível dessas barragens, tenho certeza que eles não teriam coragem. Obrigado, parabéns Deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado nobre Deputado. Tem outro detalhe, que está sendo alegado pelas usinas de que essa parte, que essa parte das seis turbinas; a energia é para Acre e Rondônia. Eu quero ver como é que eles vão entrar na rede e separar, porque a rede é a mesma. Eu quero saber por que a 429, ainda está no motor, tendo energia gerada através de motores e nós mandando energia lá para São Paulo, lá para fora. Precisa de mais 6 turbinas para mandar energia para essas comunidades, para esses municípios? Não precisa. Eles não fizeram porque não quiseram a rede de transmissão. Então, eu respeito aqui, os nobres Pares desta Casa vão votar de forma que cada um tenha seu pensamento, sua consciência, a sua responsabilidade. O meu posicionamento desde que chegou o projeto, eu sempre fui contra. Antes eu já era contra antes de ser Deputado, justamente, por essas malfetorias deixadas no Estado de Rondônia. Tem local aqui que você vai a casa, não tem como ficar fora da casa, para o lado de fora sentado na área depois das cinco horas da tarde porque é uma infestação de insetos, mosquitos e tudo, que não dá para ficar. Mas, de toda forma, eu quero deixar o meu posicionamento contrário. Deputado Ribamar, por favor.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Deputado Lazinho, com todo o respeito que tenho a V. Ex^a, o senhor está confundindo um pouco a cabeça do povo. Na realidade a 429 tem energia de motor porque não tem Linhão para lá, energia nós já temos sobrando aqui. Mas a 429, está faltando um Linhão e o Linhão não é responsabilidade das usinas. Da mesma forma que o Deputado Aécio, quando ele diz que os diretores da Santo Antônio não andam na periferia de Porto Velho, as usinas quando vieram para cá para ser construídas, tinha compensação para quem fosse atingido. Esse alagamento de Porto Velho, das ruas de Porto Velho não é por causa das usinas, isso existe a vida inteira, principalmente, pela ação dos maus Prefeitos, e principalmente um Prefeito que teve todas as condições de fazer uma negociação para melhorar muito Porto Velho, mas, ele preferiu melhorar a vida dele e abandonar uma população de 500 mil habitantes. Obrigado Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu acho que o equívoco aqui ele é duplo então, porque o Linhão aqui também feito foi do Consórcio. Se não construíram o Linhão lá, é porque não quiseram construir, mas, a mesma construtora, a rede é a mesma, não tem diferença. Então, não existe isso.

Só deixando claro, que se a culpa é dos administradores de Porto Velho por ter acontecido tudo isso que está acontecendo aqui, eu infelizmente, sou obrigado a dizer que esta Casa aqui também no passado teve a culpa dela, porque se tivesse fazendo isso que nós estamos fazendo aí, eu não estou aqui penalizando ninguém, respeito a todos, mas, o que está sendo feito agora se tivesse sido feito lá atrás, nós não estaríamos com esses problemas que nós estamos tendo aqui. Então, a gente tem que assumir a culpa, eu não quero ser

culpado por mais uma mazela nesse Estado de Rondônia. Obrigado Sr. Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado Lazinho. Com a palavra o Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Sr. Presidente, demais Pares, quero primeiramente dizer que neste dia, neste dia que temos esta Sessão Ordinária, provavelmente, provavelmente, o pedido feito pelos Prefeitos deverá ser acatado porque no meu entendimento já tem os votos necessários. Então, quero dizer que eu entendo que neste momento os Prefeitos já podem até comemorar porque é só uma questão de instituir os votos, instituir os votos eu entendo que, inclusive, quero parabenizar, inclusive, o Governador Daniel Pereira e parte da sua equipe que de uma forma muito eficiente conseguiram, inclusive, convencer alguns Pares aqui a mudar o voto, Deputados que tinham se posicionado contrário, hoje, já são favoráveis. Então, parabenizar o Governador que assumiu há poucos dias e que já está demonstrando ser um grande articulador.

Outra questão que há muitos anos, eu estou aqui no meu 3º mandato e há muitos anos, no meu 1º mandato nós tivemos uma oportunidade única para Rondônia, uma oportunidade que, talvez, teria trazido honradez a todos os nossos servidores do Estado, uma oportunidade que, talvez, nós teríamos a condição de ter melhorado a vida de fato das pessoas do nosso Estado. Foi exatamente quando vieram com a proposta da implantação das usinas aqui no Estado de Rondônia e eu tanto quanto a maioria das pessoas que aqui estão; nós fizemos esse mesmo movimento, nós discursamos nesta Casa, nós fizemos Nota de Repúdio nesta Casa repudiando a atitude da Ministra de Meio Ambiente, na época, porque não autoriza a construção das usinas. Nós fomos para rua de camiseta escrito “Usinas Já”, outros com bandeiras, outros com uma tala na testa, na cabeça e nós percorremos as ruas em caminhada. Na época a AROM que representa os Municípios do nosso Estado; na época a FIERO que representa a Indústria do nosso Estado; a FACER que representa os Comércio de nosso Estado; as Câmaras de Vereadores, o Poder Executivo, muitos Poderes e Instituições constituídas e o próprio Poder Executivo do Estado, na época, o Governo. E nós vencemos. Nós conseguimos a construção das usinas, só que nós fomos iludidos porque aquelas usinas, essas usinas, na verdade elas não nos trouxeram benefício nenhum. Elas nos trouxeram sim, foi um caos social muito grande, principalmente, em Porto Velho e nos seus Distritos. Nós perdemos aquela chance, e hoje é chegada a oportunidade de uma nova chance, a chance de mais uma vez através do nosso voto, um voto nós darmos de volta a oportunidade, a dignidade para o nosso povo. E mais uma vez nós estamos jogando essa oportunidade fora. Nós estamos recebendo das usinas à proposta, se é que eles vão cumprir, de oitenta e poucos milhões de reais, e entre esses oitenta e poucos milhões, um milhão era novecentos, agora a proposta é um milhão para os Municípios de Rondônia, para os Prefeitos de Rondônia, para os Prefeitos de todos os 51 Municípios de Rondônia, menos Porto Velho, que recebe um pouco mais. Eu estive em uma reunião na segunda-feira, com um representante da Associação Rondoniense dos Municípios e com os advogados que representam as usinas. E eu quero falar o que eles me falaram lá da grande região que será contemplada com esses trinta e poucos milhões, o Jaci, e adjacências com essa compensação de trinta e poucos milhões. Sabe o que os advogados me responderam, os advogados das usinas? Aqueles que não vieram na Audiência Pública, responderam quan-

do da minha pergunta: “como que será feita a compensação para o Jaci e adjacências?”. Sabe qual é a resposta deles? A resposta deles é o seguinte: “nós vamos reunir com o povo, vamos ver o que o povo precisa e depois nós vamos executar as ações ou as obras”. Eu vi uma torcida organizada aqui ontem, continua hoje encabeçada pelo Vereador Bengala, e o Vereador Bengala, inclusive, na equipe dele ali tinha alguns cartazes que falava: “Dignidade para a área rural de Porto Velho”. Será Vereador, o senhor que está com esta torcida organizada, que esses trinta e poucos milhões resolvem o problema do povo? Aos meus Prefeitos, quero dizer que muitos Prefeitos que aqui estão de vários Municípios, muitos Prefeitos de vários Municípios, prefeitos que inclusive, eu sempre ajudei e não tem um Prefeito aqui que um dia eu fui pedir um cargo público, não tem um Prefeito aqui que um dia eu fui pedir qualquer benesse da Prefeitura e eu fui para campanha deles colocando a minha cara a tapa, sem negociação, sem negociação e sempre com uma postura firme. Quero dizer até que na minha carreira política os embates que eu tive muitas vezes; não foi para me beneficiar, mas, foi para beneficiar aquelas pessoas que eu acredito. E esses mesmos Prefeitos alguns, eu recebi algumas mensagens até que dependo do meu voto, que nós sofreríamos represálias, não tem problema, um dia é um dia, outro dia com certeza é outro dia. Então, eu quero dizer para os nossos Prefeitos o seguinte: quero dizer para os nossos Prefeitos que hoje estão aqui talvez implorando, articulando, pressionando para que nós votemos favoráveis a esses novecentos, ou, um milhão de reais para cada Município. Ontem, por exemplo, eu sentei com um Prefeito que eu ajudei, amigo meu, que eu muito admiro, e ele me disse o seguinte: “Deputado, eu tenho um problema numa estrada, eu tenho que fazer um cascalhamento de uma estrada de 82 quilômetros, o cascalho fica mais de 40 quilômetros para ser transportado, e eu queria esse dinheiro para fazer essa estrada”. Hoje para fazer um cascalhamento com custo desses de estrada, Deputado Lebrão, que conhece muito estrada, Deputado Maurão, que já foi Prefeito, Deputado Adelino Follador que já foi do DER, vários outros Deputados aqui, sabem que um cascalhamento desse com uma distância tão longa, custa em torno de vinte mil reais o quilômetro de estrada. Então, novecentos mil reais ou um milhão de reais; um milhão de reais daria para fazer cinquenta quilômetros dessa estrada, será que um milhão de reais, vai resolver o problema dos Municípios? A resposta está com os prefeitos. Nós aprovando isso, quero mais uma vez agradecer a torcida aqui do Vereador Bengala. Se nós aprovarmos, nós vamos deixar de exigir, nós vamos deixar de exigir com que essas empresas interessadas na questão das usinas, paguem aquilo que eles devem para o Estado de passivo, que foi acordado no passado e que eles não pagaram, eles não pagaram, a maioria dessa dívida que eles têm é com o social, segurança pública e saúde. Quando a gente fala de uma compensação de saúde para Porto Velho, uma compensação de saúde para Extrema, uma compensação de saúde para São Francisco, para Burity, para Cacoal nós não estamos falando de uma compensação de saúde que não é para os 52 municípios do Estado de Rondônia, porque na maioria desses municípios, a saúde de média e alta complexidade é descarregada nesses hospitais estaduais e essas compensações que essas usinas não cumpriram, muitas vezes é o dinheiro que está faltando para a saúde, para atender as pessoas que precisam. Eu quero deixar aqui mais uma pergunta para os meus prefeitos, homens heróis que tiveram a coragem de assumir o município num momento tão difícil, vocês viram ali um pai de família com duas crianças num desespero,

aquilo é desespero, aquilo talvez seja sabe o quê, vocês prefeitos não sabem? Aquilo talvez seja um pai de família tanto quanto vocês, que tem um pedacinho de terra e que vai ser alagado e esse cidadão talvez ele more num casebre, talvez ele more numa palafita e aí não adianta pegar ele e ali naquela palafita ele vive da pesca, ele vive da colheita da castanha, ele vive da colheita do açaí, do palmito e aí não adianta nós pegarmos aquela família e levar aquela família para uma casa boa, não adianta levar aquela família para a cidade, porque ela não vai sobreviver lá. Para vocês da torcida do Vereador pegue um ônibus hoje, Vereador, e vão lá para aquela Nova Mutum que é uma cidade bonita, moderna e veja se as pessoas querem aquela casa, eles abandonaram a casa nova, a casa não serve para eles, porque eles querem alimento, eles querem é leite para as crianças, eles querem emprego e lá não tem emprego. Os prefeitos, o Roberto Sobrinho, Deputado Lazinho, que é do Partido dos Trabalhadores, o prefeito do Partido do Deputado Cleiton Roque, do PSB, eles receberam milhões de reais de compensação das usinas, milhões de reais. Vereador Bengala os prefeitos quando o senhor era vereador e Presidente da Câmara, receberam milhões de reais e não resolveram o problema de Porto Velho e o senhor estava lá, talvez a sua torcida também estivesse lá. Então, meus prefeitos, eu quero só dizer para vocês que tudo que eu fiz da minha vida até hoje foi baseado na coerência e na palavra, na coerência e na palavra, nunca, nunca eu fui induzido a voto na garupa, eu não gosto de andar na garupa, eu gosto é de pegar no cabresto, por isso que se hoje por causa desse voto que eu vou dar aqui, eu vou ter perdas de votos, eu quero dizer a vocês, prefeitos, que isso não me preocupa porque amanhã ou depois eu posso sair desta Casa, posso deixar o mandato, mas, um dia, um dia na história deste Estado de Rondônia eu vou poder dizer mais uma vez: nós erramos de novo, nós erramos tanto quanto, Deputados, quando nós erramos o dia que nós fomos para a rua e que nós deixamos de exigir das usinas, que nós deixamos de exigir do Governo Federal que aquela transposição que era direito do Estado fosse feita e após a transposição feita nós autorizávamos a construção das usinas. Mas, um dia talvez eu vou poder falar: nós erramos de novo. Porque quando nós tivemos a oportunidade de exigir a suspensão ou a extinção da dívida do BERON, que é mais de R\$ 15 milhões por mês que as pessoas pagam a conta, nós não usamos dessa prerrogativa porque nós exigimos na rua "Usinas já, Usinas já". E eu lamento muito. Eu lamento muito. Eu acho que os municípios de Rondônia, o município dos meus prefeitos, os municípios dos 52 prefeitos deste Estado, eles merecem muito mais do que um milhão de reais. E o trunfo que nós tínhamos na mão, nós estamos jogando fora neste dia. Para resolver o problema de um milhão de reais no ano passado, eu falei para o Governador Confúcio Moura, e voltei a repetir para o Daniel Pereira, faz um rateio, faz algum tipo de economia, diminui os portariados, evitem fazer algum asfalto que está impedido de ser feito por algum motivo de falta de engenharia e façam o repasse de um milhão de reais para estes municípios.

Eu pedi ao meu Presidente da Assembleia, Deputado Maurão de Carvalho, vamos parar com a construção do prédio da Assembleia, vamos só construir o prédio que já está em andamento, que parar é prejuízo, mas não vamos mobiliar aquele prédio, vamos pegar o dinheiro dos computadores, vamos pegar o dinheiro dos móveis, vamos pegar o dinheiro dos equipamentos e vamos mandar para os nossos prefeitos e deixar este prédio para o ano que vem. A minha tentativa foi em vão. E a minha última tentativa era esta. Eu pedi para os representantes do IDARON, eu falei: tirem o foco de cima dos pre-

feitos, aliás, dos deputados. Tirem os olhos de cima dos Deputados e olhem para os municípios de vocês. Olhem, AROM, olhem para que o Governo do Estado cumpra com o seu papel de pagar em dia o transporte escolar e pagar aquilo que é devido para os municípios. Olhe AROM, para os municípios e façam uma proposta para a nossa Bancada Federal, para a Assembleia, para o Governo do Estado para resolver o problema dos municípios para sempre e não para hoje. Nós somos passageiros nos cargos. Os prefeitos que estão hoje não serão os prefeitos do amanhã. Mas, os problemas de hoje serão os problemas de amanhã. O povo que precisa de ajuda hoje, vai precisar de ajuda amanhã. E eu quero dizer para encerrar o meu discurso, o meu voto é o mesmo desde o início. O meu voto é o mesmo em favor dos municípios de Rondônia que precisam de ajuda de verdade. O meu voto não é para aqueles que querem comprar a consciência dos prefeitos e dos municípios com uma migalha de um milhão de reais. O meu voto é para aquelas famílias. O meu voto é para aquelas famílias como a minha família. Um pai funcionário de serraria do Estado do Paraná, que em 1979 juntou os seus nove filhos e a sua esposa, minha mãe, e veio para Rondônia, não para tirar férias, mas, veio para Rondônia para trabalhar e vencer na vida. E aquele cidadão de bem que saiu do Estado do Paraná há 40 anos veio para Rondônia e conquistou um pedacinho de terra de dois hectares dentro da cidade de Vilhena. E lá nós moramos eu, a minha mãe e a maioria dos meus irmãos. E aquele pedaço de terra o meu pai falava sabe o quê? "Eu só saio desta terra morto, eu só saio de cima desta terra morto". E ele acometido de uma doença de 12 anos, um dia nós precisamos vender aquele pedacinho de chão para comprar o oxigênio para dar vida para ele. E o meu pai falou: "não vendo este pedaço de chão, eu prefiro morrer por aqui que eu estou preparado. Mas este pedaço de chão vai ficar para vocês, meus filhos. Porque se um dia a crise assolar a terra, vocês vão viver do alimento em cima desta terra e aqui vão morar". Eu penso nas famílias como a minha mãe que tem 79 anos de idade e vende bolo e vende bolacha e ela mesma faz as entregas nas ruas. E eu tenho orgulho de falar isso. E eu tenho orgulho de falar isso, porque quando eles quando eles indagam a minha mãe: "mas o seu filho não é Deputado? Não precisava lhe ajudar?". A minha mãe responde o seguinte: "Esse é o exemplo e herança que eu deixo para o meu filho". Não me curvo diante de pressão. Não me curvo diante de interesses escusos. Não me curvo diante de dinheiro. Por isso eu voto pela dignidade do povo do meu Estado. E aqueles que estão pressionando hoje, sejam solidários amanhã com estas famílias que serão expulsas da sua propriedade, e que terão acima de tudo a sua dignidade roubada. Muito obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com a palavra o Deputado Ezequiel Junior.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Senhor Presidente, senhores Deputados, Deputada Rosângela Donadon, público aqui presente, quem nos acompanha através das redes sociais, através da Ale TV. Presidente, esse assunto, mesmo estando, sendo debatido a 350 quilômetros da minha cidade base, que é Machadinho d'Oeste, desperta um interesse muito grande em mim e na população daquela região de Machadinho, Cujubim e Vale do Anari, pois se trata de uma questão que em breve nós estaremos debatendo lá no município. Todos os estudos ambientais da usina Tabajara já foram concluídos, apresentados ao IBAMA e existe a previsão de um leilão acontecer ainda neste ano. E eu digo uma coisa, Deputado Lebrão, o povo de

Machadinho quer muito aquela obra, essa obra. O povo de Machadinho sonha muito com essa obra. E Porto Velho, infelizmente, por omissão, ou seja, por omissões de Poderes, hoje a população está sofrendo, sabemos que está. Mas fica uma pergunta, Presidente, se esse projeto não for votado hoje aqui, vai resolver o problema de Jaci-Paraná? O que é que vai melhorar se não for votado hoje? O que é que vai mudar na vida da população de Jaci-Paraná se esse projeto não for votado hoje? Nós vimos aqui, Deputado Lebrão, no telão agora a pouco, imagens de alagamentos, se eu quiser, eu trago quinhentas Linhas e quinhentas ruas alagadas em Machadinho, no Vale do Anari, no Cujubim. Esse problema hoje não é uma exclusividade só de Jaci-Paraná. Todos os municípios do Estado hoje estão enfrentando essa dificuldade por conta do inverno amazônico. Nosso município, Presidente quer e sonha muito com a usina Tabajara e Porto Velho... Eu peço que garanta a minha palavra, Presidente. Ou garanta a minha palavra ou peço o fechamento do vidro. Quem quiser falar em plenário que seja candidato, se eleja para ter voz aqui dentro deste plenário. Penso também, Presidente, nos municípios. Está aqui o Prefeito Anildo Alberton, do município de Vale do Anari, e já passou pela cabeça dele, muitas vezes, renunciar. Não é porque é covarde, porque não tem competência, porque a administração pública é matemática. O Prefeito de Itapuã do Oeste quase renunciou há tempos. Então, esse recurso é muito importante, é muito importante para os municípios. E eu estarei votando favorável a esse projeto, eu estarei votando favorável! Se quiserem depois colocar outdoor meu no Estado inteiro, não tem problema nenhum, porque não vai estar lá carimbo de corrupto. Não vai estar carimbo de corrupto, porque eu estou pensando nos demais municípios também. Nos municípios da minha região, que estão sofrendo demais. E cada real que entrar, os prefeitos sonham com as nossas emendas, sonham porque entra no caixa e melhora índice de folha, melhora tudo no município. Então eu vou votar 'sim', Presidente. Os Prefeitos do Estado, contem sempre com o nosso voto quando o assunto for esse, por mais espinhoso que seja. E hoje o que nós estamos vendo, a própria população de Jaci-Paraná dividida. Há quem apóie e há quem seja contra. É a mesma coisa nesta Casa aqui. Hoje se fala que é pouco recurso, R\$ 37 milhões para Jaci, se fala que é pouco recurso para os municípios. Só que num passado não muito distante, perdoaram quase R\$ 1 bilhão de impostos das usinas. Perdoaram quase R\$ 1 bilhão! Perdoaram! Se esta Casa aprovou, mas, o projeto foi de autoria do Executivo, portanto, não tem como apontar o dedo e culpar apenas um. Houve omissão de vários Poderes. Presidente, é o que eu tenho para a data de hoje. Daqui a pouco, estando em votação, terá o meu voto favorável.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Um aparte, Deputado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Ezequiel.

O Sr. Lazineho da Fetagro – Só Presidente, eu não concordo muito em ficar fazendo discurso, dizendo que os nossos Prefeitos são incompetentes e que queriam renunciar. Porque quando se vai para a campanha, nossos Prefeitos têm responsabilidade. E eles são responsáveis por cada município. Eu acho que as dificuldades jamais levariam um Prefeito a renunciar por causa de dificuldades, porque quando fez a campanha, fez a campanha sabendo dos problemas de cada município. Então, se a gente pode ajudar, a gente pode, agora, dizer que: “o

Prefeito vai renunciar se não tiver dinheiro”. O Prefeito sabe disso, eles são responsáveis. Eu não acredito nisso não.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Deputado, eu não preciso explicar para o Deputado Lazineho. Os Prefeitos entenderam o que eu falei, não entenderam? Então, pronto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Lazineho, a maioria, todos os Prefeitos que ganharam a eleição o ano passado, todos os Prefeitos não sabiam, não sabiam que a receita do município, dos municípios do interior, eles iam ter uma perda que eles tiveram de quase 15% que saiu do seu percentual para o Município de Porto Velho, nenhum desses Prefeitos sabiam, eles tinham uma previsão de receita no ano da sua eleição, no ano que assumiu a eleição teve uma perda, a grande maioria de mais de 20% do índice da sua receita que veio aqui para Porto Velho, infelizmente, a contabilidade que fizeram e que contabilizaram para a Capital só foi números, não foi financeiro e isto fez que eles tivessem uma perda e a perda qual foi? O Município de Porto Velho tinha um índice do bolão de tudo que arrecadava, 22%, foi para 35, 36%, saiu lá dos municípios. Está aqui o Prefeito lá do Município de Ministro Andreazza que tinha um índice de quase 1%, alguma coisa, pouca coisa para 1% está com 0,59, perdeu a metade da sua receita com essa divisão que tiveram e que fizeram esses cálculos, só foram números, não foi financeiro baseado na Lei Federal,...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – O que eu não concordo, Presidente, eu sei disso, eu só não concordo de ficar falando que vai renunciar, ia renunciar, teve vontade, eu acho que isso aí não...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Lazineho, eu recebi pelo menos dois ou três Prefeitos,...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Então, mas eu acho, não é esse o motivo aqui.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Que vieram aqui e falaram assim: eu pensava que a realidade do município era uma coisa, o município meu. Por exemplo, o Prefeito de Itapuã, eu vou dizer o nome, ele veio aqui depois de três meses que ele estava no município, ele tinha sequer combustível para por no carro do gabinete, ele andava com combustível próprio, eu coloquei uma Emenda de R\$ 200 mil para a manutenção da Prefeitura, entendendo que a Prefeitura não tem recurso para se manter, nem o carro do gabinete, nem o carro do gabinete, isso foi à perda da receita que tiveram os municípios do interior para a Capital, agora, a culpa não foi dos Prefeitos, não foi culpa do Prefeito aqui de Porto Velho, foi a culpa da Lei Federal que fez que tirasse o percentual das receitas dos municípios do interior para a Capital que foi contabilizado só com números, números fantasma, que não é número financeiro, que se fosse estaria circulando esse dinheiro aqui na Capital e no interior, talvez, o interior não estaria perdendo tanto, como está se perdendo. É por isso que eu acredito que a grande maioria dos Deputados aqui, entende hoje que votando esse Projeto vai está devolvendo pelo menos parte do prejuízo que os municípios levaram até aqui.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Concordo Sr. Presidente, vamos a votação, porque já está decidido.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Próximo Deputado é o Deputado Laerte Gomes.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, só uma Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. EDSON MARTINS – Eu gostaria Presidente também me manifestar favorável, eu vou votar favorável, com certeza, esse Projeto que eu entendo que é um Projeto de excepcional interesse público, é interesse do Estado de Rondônia, interesse nacional, os Prefeitos aclamando que com certeza essa compensação dos municípios será muito bem-vinda, isso com certeza é um incremento na receita que vai resolver o problema de todos os municípios na questão da folha e eu entendo que o Projeto é importante. Vou votar favorável, mas, também eu quero deixar registrada a minha preocupação com algumas famílias, até já falei que se for necessário vamos apresentar uma Emenda nesse Projeto para que seja revista a situação de famílias. Eu visitando aqui na Vila Franciscana semana passada, eu vi algumas famílias arrependidas porque pegou uma indenização por uma propriedade que valorizou dez vezes a mais e as famílias tiveram que desocupar aquela área e hoje é uma área valorizada, lugar alto que não teve nenhum impacto e lá está parada as suas propriedades e tem famílias que, às vezes, está sofrendo com impacto e não foi indenizada. Então, através de laudo, de perícia técnica que seja realmente revisto casos isolados que tiverem que ser revistos posterior o impacto que houver.

Por isso eu quero apresentar uma Emenda nesse Projeto que um prazo até de 5 anos após o impacto que houver, em caso de famílias isoladas, Deputado Lebrão, que seja revisto. Eu acho que também pessoas não podem pagar por um Projeto que hoje, entendo que vai ser aprovado, porque é de excepcional interesse público e vai ser aprovado esse Projeto e tem o meu voto favorável.

Mas Presidente, nesse assunto eu encerro as minhas palavras, mas eu gostaria de deixar hoje um registro nesta Casa que me preocupou bastante, Presidente Maurão e Deputados, algumas pessoas que me procuraram hoje e já no final de Governo, o Vice-Governador Daniel Pereira ocupou, assumiu o mandato de Governo e eu tenho certeza que ele vai fazer um bom Governo, porque esta Casa não vai faltar, com certeza, com o compromisso de estar ajudando naquilo que será bom para o nosso Estado, mas, eu gostaria de deixar um pedido, eu acho que muitas áreas que vai haver mudança, e o que me preocupou, Deputado Cleiton Roque, ainda tem uma equipe da Saúde que foi comandada por algum tempo pelo Pimentel, e hoje pelo Maiorquim e a Socorro, que tem todo o meu respeito pelo trabalho que eles têm feito diuturnamente pela saúde do nosso Estado. E eu gostaria que o Governador Daniel Pereira, não mexesse nessa equipe da saúde, deixasse o Dr. Maiorquim, a Socorro, continuar o trabalho que eles estão fazendo, porque saúde é questão de vidas que estão em jogo, não precisa, hoje não necessita trocar a Secretaria de Saúde, precisa realmente é de mais apoio, mais recurso, que nós temos esta Casa destinada a saúde. Então, gostaria de deixar registrado nessa tarde para que não venha retroceder no final

de Governo o bom trabalho que a Secretária de Saúde tem feito mesmo com a falta de recurso e toda a dificuldade que eles têm enfrentado. Então, gostaria de deixar registrado o meu apoio, o meu apreço ao trabalho que o Dr. Maiorquim, a Socorro e toda a equipe da saúde tem feito frente à Secretaria de Saúde, muito obrigado Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pode falar Deputado Anderson, está com a palavra, depois o Deputado Léio, aí nós vamos colocar o Projeto em pauta.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Senhor Presidente, eu queria só deixar claro aqui que inclusive eu declarei em público que eu votaria contra o Projeto ano passado, inclusive estive no Ministério Público, recebi a recomendação no meu gabinete, vi todos os procedimentos apuratórios, só que eu ouvi o discurso de todo mundo aqui. Mas, o que eu acho engraçado que hoje estão culpando somente as usinas, mas será que só as usinas que são culpadas, só a usina Santo Antônio que é culpada? Eu estive visitando Joana D'Arc, e eu convido os Deputados a visitarem, e lá tem um posto de saúde construído lá dentro que até hoje não foi ativado se acabando em ruínas, é culpa da usina que não está funcionando esse posto de saúde? Não é, é gestão. Os 100%, as compensações vieram para fazer a drenagem, para fazer água encanada em Porto Velho, e porque não aconteceu? Não foi por culpa de usina não, foi gestão, foram questões que têm que ser discutidas dentro desta Casa, são questões que às vezes a gente vai ter que abrir CPI para investigar, agora tudo é culpa das usinas. E eu voto, Senhor Presidente, favorável a esse Projeto por sobrevivência de muitos Municípios que eu visito que passa necessidade hoje sem medicamento, com dificuldade até para abastecer uma ambulância para trazer doentes até a Capital, isso é um absurdo, isso que nós precisamos ver. Então, por isso Senhor Presidente, que eu mudei o meu voto por esse compromisso e pelo acordo que foi assinado, o termo de acordo desses oitenta milhões que virão, não só para um Município, mas, para o Estado de Rondônia. E é isso que eu peço aos meus Pares para que seja avaliado, para que seja pensado que a culpa desse impacto de tudo que aconteceu em Rondônia, não foi só culpa das usinas, mas é culpa de gestão, as usinas já estão funcionando, inclusive, as turbinas já estão construídas, se eles não conseguirem aqui, eles vão conseguir lá, de alguma forma até por meio judicial. Então, o meu voto é favorável, obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Léio, com a palavra no prazo de cinco minutos.

O SR. LÉIO MORAES – Senhor Presidente Deputado Maurão de Carvalho, lhe parabeno pelo senhor estar aí na Mesa Diretora e conduzindo como Presidente, todos os vinte e quatro Deputados, é importante que nesse momento não se ausente. É uma discussão conturbada, polêmica onde nós deixamos claro desde o início o nosso posicionamento, poderia citar aqui uma série de fatores. Mas, ontem mesmo já me posicionei, já demonstrei qual o motivo do voto, fico preocupado com a mudança de voto de alguns colegas, lógico que fico, mas, é natural é um processo democrático, quem vai depurar e filtrar todos nós agentes políticos, é a própria população, que a gen-

te espera que fique aí atenta ao comportamento de cada um; isso é muito importante. Além do que, Sr. Presidente, a única preocupação que eu entro agora no mérito em respeito aos Municípios que estão clamando por socorro e é natural, porque tem uma arrecadação, chega ao final do mês, quando consegue pagar a folha de pagamento, não consegue fazer o investimento, não consegue trazer as melhorias necessárias para os seus contribuintes que pagam os impostos é bem verdade. Porém, eu acho que esse apoio imediato que todo mundo tem falado, que eu ainda não consegui achar o amparo legal e a garantia de que será dada, é de um milhão. Nós poderíamos aproveitar o embalo, fazer uma condicionante de que se tenha sim, mas tenha muito mais do que isso, tenha cinco milhões, mas do que isso, que a gente possa quem sabe, lá no Congresso Nacional, fazer um ato aqui e um pedido para os nossos representantes que as unidades federativas geradoras de energia, paguem bem menos energia elétrica do que os outros Estados, a gente está fornecendo energia elétrica para os outros Estados e não está tendo vantagem ou benefício algum, e digo para os dois lados que aqui estão e principalmente com respeito aos prefeitos, se existiu a toda família rondoniense ano passado, algum tipo de benefício foi fruto da nossa intervenção onde impedimos a cobrança da bandeira tarifária para toda família rondoniense e vocês não pagaram por muitos meses a bandeira tarifária, é bem verdade que pelo montante de economia, pelo vultoso valor que se perdeu, entraram com recurso a fim de derrubar na Justiça Federal, mas, essa batalha foi feita aqui, nós, juntamente com nossa equipe jurídica tivemos o apoio da Associação Comercial, levamos para a Justiça Federal e ganhamos uma liminar onde o rondoniense e até a população do Acre deixou de pagar a bandeira tarifária, que é pela deficiência hídrica energética do nosso país. Portanto, Sr. Presidente, o meu voto eu já me posicionei, eu estou convicto, estou muito seguro, sou morador de Porto Velho desde que me entendo por gente, desde 84, respeito o pleito e a reivindicação dos prefeitos, porém, como a forma foi às vezes, é tudo muito rápido, nós poderíamos ter outras garantias porque a usina não cumpriu as garantias para a população de Porto Velho nesses últimos anos, a terra está sim arrasada, não adianta falar diferente disso, nós temos água contaminada, nós temos a terra encharcada, nós não temos dado a garantia e o direito constitucional do sitiante, da agricultura familiar produzir seu alimento e trazer para casa, para os moradores da área urbana. Portanto, Sr. Presidente, podemos garantir a economia ou desconto, nem o desconto, a isenção da energia elétrica, a isenção da energia elétrica para quem produz a energia elétrica como é o caso de Rondônia. Além disso, nós tínhamos que garantir um montante, valor permanente para os municípios, que esse um milhão, a gente sabe são muitas as dificuldades, logo, logo isso vai se esvair, vai evaporar ante as necessidades dos nossos abnegados lutadores e heróicos prefeitos das nossas cidades do Estado de Rondônia. Meu voto continua como foi ontem, continua como foi antes de ontem, continua como foi no primeiro dia do mandato e eu tenho certeza, sairei desta Casa de leis de cabeça erguida defendendo intransigentemente o que eu acredito e eu acredito que o interesse da população de Porto Velho e do Estado de Rondônia é impedir que mais pessoas sejam prejudicadas, que não construam hospital, não construam escolas e não entregaram benefícios para a sociedade. Portanto,

Sr. Presidente, só esse alerta. Era o momento de a gente fazer uma construção muito mais profunda, muito mais qualificada e quem sabe dar garantias aos prefeitos e à população de Porto Velho. Muito obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado Léo. Eu só queria fazer uma consideração aqui, que este projeto não está aqui há pouco tempo, está há um ano e meio sendo discutido, debatendo, e tudo que pode ser feito e discutido, foi discutido nesta Casa, então não tinha mais como segurar um projeto como esse. Eu, durante 5 mandatos que estou aqui, eu não vi nenhum projeto demorar tanto para votar nesta Casa como este.

O SR. LÉO MORAES – Sr. Presidente, um minutinho Deputado Adelino...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu queria só fazer uma observação.

O SR. LÉO MORAES - Eu não questionei o prazo, eu acho que aqui é soberana a decisão do nosso colegiado e eu respeito que assim se coloque em votação, mas, dentro do trâmite legal do nosso Regimento, ele foi sobrestado na Comissão de Constituição e Justiça enquanto não empregaram as solicitações, foi por isso que ele desrespeitou o prazo, então fica bem claro que não foi nenhuma ingerência política, muito pelo contrário, todos nós vamos votar e seremos lembrados pelas nossas posições neste dia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com a palavra o Deputado Laerte, o último orador inscrito.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Presidente, Questão de ordem.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Este projeto quando foi sobrestado na Comissão de Constituição e Justiça, boa parte da motivação para sobrestar esse projeto, para ele ficar suspenso, para ficar mais claro para as pessoas, foi motivado por V. Ex^a, quando V. Ex^a exigia que essas usinas desse uma contribuição de R\$ 5 milhões de reais...

O SR. ADELINO FOLLADOR – R\$ 4 milhões.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Para a construção e depois acabou caindo para R\$ 4 milhões para a construção do hospital do câncer...

O SR. ADELINO FOLLADOR – E não queriam dar.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Para vocês verem o que significa essas usinas, como foi defendido muitas vezes aqui, o que elas significam para nós que naquele momento onde nós precisávamos de R\$ 4 milhões somente, que para eles não é nada, para construir um hospital para salvar vidas, pessoas acometidas de câncer, nem isso eles foram solidários com o Estado de Rondônia. Então só quero aqui dizer que o Deputado Léo falou da questão da demora, o senhor falou, mas um dos motivos da demora foi exatamente esse, naquele momento nós implorávamos R\$ 4 milhões de reais para concluir o Hospital

do Câncer, eles não conseguiram, eles não quiseram naquela época supostamente comprar a Assembleia com essa proposta, aí aumentaram para um pouco mais de R\$ 80 milhões e, infelizmente, hoje eles estão comprando com esse valor a dignidade do povo de Rondônia.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de ordem, Presidente. Eu queria, várias vezes já foi citado isso e esse projeto está parado na Casa, não é porque a gente quis não, eu fui relator e nós notificamos a empresa, eles não vieram, não deram satisfação, anexamos ações civis públicas do Ministério Público Federal, Estadual, também as exigências do DNIT, e eles não cumpriram nada. Então não é porque nós não quisemos, e, hoje nós estamos discutindo só porque foi sobrestado, se não vocês não tinham nem um centavo, não. Hoje a oportunidade de vocês estarem aqui discutindo e poderia chegar a mais, porque nem os quatro milhões não foram dados, foram negados, e hoje já tem oitenta e um que eles estão assumindo o compromisso, que eu não sei se eles vão cumprir. Então vocês têm que dizer graças a Deus que foi segurado este projeto até este momento. Eu não gosto que quando fala aqui que nós estamos segurando, segurando por capricho, não. Nós seguramos porque não cumpriram o que eles deveriam ter cumprido exigências do Ministério Público Federal, Estadual do jeito que deveriam ter cumprido e também a compensação que foi pactuada no passado e agora vai elevar 80 centímetros e não querem pagar nada. Então está errado, estava errado por isso nós seguramos e não seguramos por capricho, não. Seguramos porque eles não cumpriram os compromissos. Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Adelino, Deputado Luizinho, eu não falei aqui que foi segurado por capricho, foi segurado porque justamente estava sendo bastante discutido, é um projeto difícil de votar, que eu ainda não vi nenhum projeto como este tão debatido, tão discutido como está sendo este projeto. E tudo isso ajudou mesmo. Na verdade o que o Deputado Luizinho falou. O Deputado Luizinho falou aqui dos quatro milhões é verdade. Agora vejam bem, todos os projetos que são debatidos nesta Casa, ele é debatido justamente porque as pessoas de lá provocam, nós não estamos tirando esta razão de vocês, não. A Assembleia representa o povo, ela é justamente para ouvir os dois lados. É claro que vocês, valeu a provocação de vocês, se não fosse ela, nós talvez já tivéssemos votado lá atrás e este debate foi importante, esta demora que com isso Jaci ganhando trinta milhões, com isso os municípios estão ganhando, estou aqui dizendo, o município de Porto Velho está ganhando, todos os municípios estão ganhando. Então ninguém segurou isso aqui por capricho, seguramos para ouvir a comunidade, e nós ouvimos ribeirinhos. Que pena que nós não conseguimos ajudar a todos, mas, no que a gente pode, nós estamos fazendo aqui no Poder Legislativo. Então mesmo os que estão votando contra, mesmo os que estão votando contra, ajudaram para que hoje pudéssemos estar pauteando este projeto e conseguindo este recurso, dando pelo menos este apoio aí aos municípios, dos 52 municípios e Porto Velho está incluído.

Com a palavra o Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados; os amigos que estão aqui os que estão em casa. Este tema, Sr. Presidente, das usinas, é algo que vem há tempos no

Estado de Rondônia. Quando o Presidente Lula na sua reeleição depois da vitória fez uma coletiva e anunciou que um dos projetos maiores do PAC do Governo dele seriam as usinas aqui do Rio Madeira, Deputado Adelino, criou toda uma expectativa, toda uma expectativa em cima do que poderia acontecer com o Estado de Rondônia. Eu me lembro na época nós éramos prefeitos, eu era prefeito, em 2008 se não me falha a memória, 2008, 2009. E na época ficou uma expectativa não só em Porto Velho, mas em todos os municípios do Estado. Porque na época pensaríamos nós, prefeitos, que as compensações se estenderiam a todos os municípios, Deputado Lazinho. Até porque os rios que deságuam no Madeira são dos Municípios, passam por todos os municípios de Rondônia. E naquela época nós fomos frustrados porque as compensações na sua quase totalidade foram para a Capital e para as áreas aqui de Porto Velho. Eu me lembro bem, e era prefeito nesta época, nós discutíamos muito isso entre os colegas prefeitos, Deputado Saulo, que o grande problema foi às negociações da compensação. Eu acredito, eu vi o Deputado Lazinho falando aqui da 429, eu sou da 429 também. Eu me lembro bem que Rondônia perdeu naquela oportunidade a meu ver, V. Ex^a era prefeito eu acho ainda, Deputado Adelino. A grande oportunidade de avançar, de crescer muito. Ali Rondônia perdeu a oportunidade de atender, de resolver boa parte dos seus problemas, porque as usinas teriam que ser construídas e eram primordiais para o desenvolvimento do Brasil. E elas só poderiam ser construídas aqui em Rondônia, no Rio Madeira. Mas se negociou mal, infelizmente, Deputado Só Na Bença. Se negociou mal, e, logicamente, que a gente tem a consciência que milhares de pessoas foram prejudicadas e o Estado de Rondônia, os municípios foram prejudicados. Logo a seguir, começaram as obras, Deputado Ribamar, e veio a questão da isenção do ICMS das Usinas, Deputado Léo, que para mim, e aí eu já era Presidente da AROM nesta época no ano de 2011, Presidente da Associação Rondoniense dos Municípios. Para mim foi cometido um ato ali contra as finanças do Estado de Rondônia e dos municípios, para mim, sem precedentes. Mas de R\$ 1 bilhão de isenção para as usinas, R\$ 250 milhões eram dos municípios. Hoje se fala em R\$ 1 milhão, Deputado Edson, eu acho que nós não temos que ter pressa de ir embora, Deputado Edson. Eu acho que nós temos que debater esse tema, porque é um tema que tem que ser debatido às claras; R\$ 250 milhões eram dos municípios e foi feita a isenção, aprovada por esta Casa, sem ao mínimo discutir com os Prefeitos, se eles aceitariam a isenção da parte deles. Quando, naquela época que foi dada, Presidente Maurão, quando foi dada naquela época, a isenção, nós como AROM, como entidade da AROM, que eu vejo Prefeitos que hoje estão no mandato, que na época eram Prefeitos, nós fomos o primeiro a denunciar no Ministério Público essa isenção. Inclusive, Deputado Adelino, participamos de várias reuniões do Ministério Público, junto com a Assembleia, Ministério Público e Estado e outras entidades, Tribunal de Contas, discutindo, Deputado Lebrão, essa isenção. E o governo defendia a isenção e a Assembleia, na época presidida pelo ex-deputado Valter Araújo, que estava na reunião, defendia essa isenção também. E nós, os municípios, na época representando os Prefeitos, Deputado Léo Moraes, nós éramos totalmente contra essa isenção, porque de uma forma ou de outra, essa isenção que foi dada, já estava embutida no custo da obra, as empresas, os consórcios teriam que pagar. Nós sabemos e temos a consci-

ência e foi muito duro para mim, muito difícil para eu hoje definir meu voto, nós sabemos, temos a consciência das pessoas que foram afetadas, o sofrimento, de todas essas questões, muitas das quais o próprio município de Porto Velho foi incompetente para poder fazer a gestão dos recursos que recebeu. Eu vi agora um Deputado falando para mim que na época de Samuel foi construído o João Paulo, não sei se isso tem veracidade ou não tem. Com certeza eles pegaram a compensação na época, Deputado Léo, e colocaram numa obra importante, que seria para o Estado. Diferente dessa compensação que ficaram picando num monte de lugar e hoje se perguntar qual obra de compensação, ninguém sabe, porque ficaram espalhando creche para um lado, posto de saúde para outro, em vez de fazer uma grande obra que verdadeiramente beneficiasse a população de Porto Velho, do Estado de Rondônia. Eu estive, senhor Presidente, como Prefeito que fui, Presidente dos Municípios que fui, eu estive reunido, Deputado Adelino, com vários Prefeitos hoje. Prefeitos que são parceiros, amigos, da nossa base e também com o Prefeito da Capital, que é do meu partido, Prefeito de Porto Velho, do PSDB. Conversei muito com eles e disse para eles hoje, que eu iria dar não um voto técnico, eu iria dar aqui, como muito bem o Cornélio falou, lá de São Miguel, o voto político. Estiveram comigo hoje, o Prefeito de Castanheiras, o Alcides do Som; Prefeito de Vale do Paraíso, o Charles; de Médici, o Edilson Alencar; de Cujubim, o Pedro; de Brasilândia, o Hélio; de Costa Marques, o Vagner; o Célio Lang, de Urupá, me ligou; de São Miguel, o Cornélio; o de Porto Velho, que eu já falei; o de Rolim, o Luizão me ligou; todos os Prefeitos, a maioria do meu partido e nos fizeram um apelo para que nós votássemos de forma favorável a esse projeto, Presidente Maurão. V. Ex^a conversou comigo, vários colegas, então eu queria dizer aqui hoje que nós vamos votar, nós vamos dar esse voto, conhecendo todas as histórias das usinas, todas. Que o erro não está aqui agora não, o erro está lá atrás, quando sentaram e não souberam discutir as concessões da forma que teriam que ser discutidas. Talvez por interesses pessoais na época, os governantes da época talvez não pensaram de uma forma mais coletiva e ampla, na população do Estado. Então nós vamos votar favoravelmente, senhor Presidente, atendendo ao apelo que nos foi feito pelos nossos Prefeitos.

O SR. LEBRÃO – Só por Questão de Ordem, senhor Presidente. Parabenizar o Deputado Laerte que define o seu voto favorável a esse grande projeto que é da maior importância, Deputado Laerte, para todo Estado de Rondônia. Parabéns!

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, já vai para a votação?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu vou encerrar esta Sessão e convocar uma Extraordinária. Encerradas as Comunicações de Lideranças, passamos às Comunicações Parlamentares. Não há Oradores inscritos.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida, a fim de apreciar o Projeto de Lei Complementar 102/16, de autoria do Poder Executivo.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 13 horas e 44 minutos)

**12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 10 de Abril de 2018

**Presidência do Sr.
EZEQUIEL JUNIOR - 2º Vice-Presidente**

**Secretariado pelo Sr.
LEBRÃO - 1º Secretário**

(Às 17 horas e 52 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (PRB), Airton Gurgacz (PDT), Anderson do Singeperon (PV), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Ezequiel Júnior (PRB), Geraldo da Rondônia (PHS), Hermínio Coelho (PDT), Jesuíno Boabaid (PMN), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (MDB), Leo Moraes (PTB), Luizinho Goebel (PV), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (MDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (MDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Edson Martins (MDB), Jean Oliveira (MDB), Laerte Gomes (PSDB), Marcelino Tenório (PRP) e Maurão de Carvalho (MDB).

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Havendo número legal, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 12ª Sessão Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Peço dispensa da leitura da Ata, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está aprovada vossa solicitação. Está dispensada a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior e determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa.

Passemos a Ordem do Dia. Solicito ao senhor secretário proceder a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 206/18 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 51. Acrescenta o § 3º ao artigo 96 da Lei Complementar nº76 de 27 de abril de 1993, que 'Dispõe sobre o estatuto da Polícia Civil do Estado de Rondônia, e dá outras providências'.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 206/18 do Poder Executivo. A votação é nominal. O Paineis já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim

- Deputado Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosangela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Proclamando o Resultado. Projeto de Lei Complementar 206, aprovado com 14 votos favoráveis e nenhum voto contrário.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 207/18 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 54. Altera e acrescenta Anexo à Lei Complementar nº965, de 20 de dezembro de 2017, que “Dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Em votação o Projeto de Lei Complementar 207/18 do Poder Executivo.

O PAINEL ENCONTRA-SE ABERTO.

Atenção senhores Deputados. Quero comunicar aos deputados que após esta Extraordinária nós teremos outra Sessão para apreciarmos um veto. Então é imprescindível a presença de todos.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sr. Presidente, por que é que não inclui agora, Manvailer. Por que é que não inclui logo o Veto, agora? Pode incluir nesta Extraordinária o Veto. Onde está escrito que é só com o veto? A gente coloca o Veto aí. Não existe vedação.

O SR. LÉO MORAES – Assim como Deputado Jesuíno, nós temos o projeto, o projeto que está para adentrar aqui na Casa aportar a nossa instituição, que diz respeito as gratificações e incorporações do DETRAN e que ele ainda não chegou. Então provavelmente a gente tem que aguardar. Ele vai ser...

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON - Já chegou, já chegou, deputado.

O SR. LÉO MORAES – Ele vai ser feito o devido processo aqui e nós precisamos votar, está bom? Ele já está aqui já? Beleza.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim

- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Junior	- sim
- Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Herminio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosangela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Proclamando o resultado. O Projeto de Lei Complementar 207 está aprovado com 14 votos favoráveis e nenhum voto contrário.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 905/18 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 52. Acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 1.638, de 8 de junho de 2006, que ‘Dispõe sobre a reestrutura e reorganização do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO e dá outras providências’, e da Lei nº 2.410, de 18 de fevereiro de 2011, que ‘Dispõe sobre as Tabelas de Vencimentos e cria cargos de provimento efetivo, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito DETRAN/RO’.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 905/18. Está em discussão. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 904/18 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 47/18. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 4.409.748,10, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar – FUNRESBOM.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 904/18 de autoria do Poder Executivo. O projeto está em discussão.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente. Só para avisar o pessoal do DETRAN que acabou de chegar o projeto aqui. Nós vamos votar daqui a pouquinho. Acabou de chegar, agora.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram,

os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais matéria. Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida, a fim de apreciarmos o Veto Parcial nº 052/18.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 39 minutos).

**13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 10 de Abril de 2018

Presidência dos Sr.

EZEQUIEL JUNIOR - 2º Vice-Presidente
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente

Secretariado pelo Sr.
LEBRÃO - 1º Secretário

(Às 18 horas e 00 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (PRB), Airton Gurgacz (PDT), Anderson do Singeperon (PV), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (MDB), Ezequiel Júnior (PRB), Geraldo da Rondônia (PHS), Hermínio Coelho (PDT), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazineiro da Fetagro (PT), Lebrão (MDB), Leo Moraes (PTB), Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (MDB), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (MDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (MDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Jean Oliveira (MDB) e Marcelino Tenório (PRP).

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta a 13ª Sessão Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura.

Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Peço a dispensa da leitura da Ata, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino a sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Passamos à Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – VETO PARCIAL 052/18 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 310. “Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar 182/17, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O presente Veto Parcial 052/18, encontra-se sem parecer pelas Comissões pertinentes. Deputado Adelino Follador.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, senhor Presidente. Quero registrar mais uma vez a presença do Vereador Bengala. Parabenizar o Vereador, que sem dúvida nenhuma Vossa Excelência honra o voto daqueles que através do voto outorgou o direito para que Vossa Excelência fosse à voz deles no parlamento do município. Parabéns!

O SR. ADELINO FOLLADOR – Veto Parcial 052/18 do Poder Executivo/Mensagem 310. “Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar 182/17, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

Senhor Presidente, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o parecer.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Parecer favorável o que, Presidente? Rejeição ou manutenção?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pela rejeição do Veto Parcial 052/18, Mensagem 310. Somos pela rejeição do Veto Parcial 052/18.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Parecer pela rejeição, emitido pelo Deputado Adelino. Está em discussão o parecer. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Está em discussão o Veto Parcial 052/18.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Senhor Presidente, esse Veto foi na reforma administrativa e no rol lá da Secretaria de Justiça, que retirou o sistema socioeducativo, criando a Fundação – FEASE. Nós fizemos algumas emendas, inclusive alterando a nomenclatura do socioeducador que passará a chamar agente de segurança socioeducativo, que resgata, com isso, a essência da profissão do socioeducador no Estado de Rondônia, que de fato é a função fim deles fazer a segurança das unidades socioeducativas e fazer com que as atividades de ressocialização de menores, as atividades de educação, as atividades de Psicologia Educacional, toda parte ativa das unidades de funcionamento delas, são eles que praticam. Então, o nome, a nomenclatura deles desvalorizava isso e não era a função fim deles. Eles de fato não faziam socioeducação, eles fazem parte do processo e eles fazem a segurança das unidades. Então nós fizemos a emenda, ela não gera nenhum gasto para o Executivo, os Deputados podem ficar tranquilos em relação a isso, e ela é constitucional porque é uma matéria que foi alterada dentro da própria reforma. Então eu peço apoio dos Parlamentares no sentido da derrubada do Veto, dando esse reconhecimento à categoria dos socioeducadores. Socioeducadores, para quem não conhece trabalham nas unidades de menores infratores, lidam com os menores que praticam alguns crimes até mais bárbaros do que os maiores no nosso convívio social. E eles precisam ter o reconhecimento na Segurança. Foi criada essa FEASE, espero que dê certo, mas eu tenho minhas dúvidas porque até agora não mostrou para o que veio essa Fundação. Ela é ainda uma criança que nasceu

agora, mas tem muita coisa a ser discutida, a questão da valorização dos trabalhadores, que isso também está na emenda, com a construção do Plano de Carreira, do Estatuto da categoria dos socioeducadores; a questão também do seu porte de arma, que já está sendo discutido, inclusive, no Congresso Nacional, que já existe lá uma alteração no Estatuto de Desarmamento, já está em tramitação. Conseguimos incluí-los nesse novo Ministério de Segurança Pública, criado pelo Presidente da República, como atividade de segurança pública, porque o sistema socioeducativo, não só rondoniense, mas brasileiro, é um problema de segurança pública. Onde, para quem não sabe, existem facções criminosas que atuam dentro das unidades socioeducativas, manipulando menores até de 12, 13 14 anos para favorecer o crime, porque as penas são bem mais brandas. Defendo em nível nacional, inclusive uma alteração na Lei, com penas mais rígidas porque hoje o que está acontecendo? A sociedade está assolada e com medo e quem está praticando crime, quem está vendendo a droga nas esquinas, na maioria das vezes, são menores. São menores de 12 a 17 anos. A grande maioria dos crimes, se pegar a estatística da Polícia Civil nas Delegacias, na Secretaria de Segurança, isso que eu estou dizendo vai ser constatado. Então, quanto menor de idade melhor para o crime usar. Então eu peço apoio dos Deputados nesse sentido, é um reconhecimento que nós, a nossa Casa está dando para a categoria. Alguns deles estão aqui na galeria aguardando a votação desse projeto e peço de vocês o voto para que a gente derrube o Veto.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, ainda em discussão. Gostaria de parabenizar a iniciativa e o bom senso, a sensibilidade do Governo do Estado em reconhecimento a esses agentes que tão bem fazem o seu trabalho, com poucos recursos, com poucas condições. A gente espera que essa Fundação venha para aproximar e, logicamente, para otimizar os poucos recursos. Que eles possam realmente ter o mínimo de condições a trabalhar com os menores infratores, que eles possam ter valorização profissional, que eles possam ter requalificação e possam bem servir a sociedade do Estado de Rondônia. Parabéns a todos os envolvidos, parabéns ao Deputado Anderson por essa matéria a ser tratada e a gente reconhece também a boa vontade do Estado e todos os socioeducadores em fazer a diferença aqui na nossa amada Rondônia. Parabéns!

O LEBRÃO (1º Secretário) – A liderança ad hoc do governo pede para que vote NÃO, pela derrubada do Veto.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Vamos abrir o painel, quem quiser discutir, enquanto é feita a votação, continua a discussão do presente Veto Parcial. O painel encontra-se aberto para votação. Deputados que desejam rejeitar o veto, tem que votar NÃO. Atendendo ao Veto votam SIM.

O SR. CLEITON ROQUE - Senhor Presidente, atendendo ao pedido do Deputado Anderson do Singeperon, eu vou votar pela derrubada do Veto. E também atendendo ao pedido do novo líder do governo, Deputado Lebrão, vou votar pela derrubada do Veto. E peço ao Deputado Laerte Gomes também que vote pela derrubada do Veto, atendendo ao pedido do Deputado Anderson do Singeperon.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – o Presidente Maurão está ratificando seu voto aqui. O Deputado Adelino também.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Airtton Gurgacz	- não
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Anderson do Singeperon	- não
- Deputado Cleiton Roque	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Junior	- não
- Deputado Geraldo da Rondônia	- não
- Deputado Herminio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- não
- Deputado Léo Moraes	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- não
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputada Rosangela Donadon	- não
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Só Na Bença	- não

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Com 21 votos está rejeitado o Veto. Vai ao Expediente.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON - Agradecer aos Parlamentares presentes pelo voto e com certeza é um reconhecimento que hoje esta Casa está dando a essa categoria tão sofrida que ganha salários baixos sem condições de trabalho, sem efetivo dentro das Unidades Socioeducativa é um reconhecimento, vocês podem ter certeza disso.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Entendendo aqui Deputado Ezequiel Junior, que preside neste ato essa Presidência, entendendo o quanto é importante esse Projeto e atendendo aqui o pedido, a categoria em nome do Deputado Anderson, eu votei SIM ali entendendo que estava votando certo, aí eu fiz a correção no Projeto, no voto e voltei lá NÃO, entendendo que a categoria merece aprovando esse Projeto. Eles pediram para que a gente pudesse colocar na pauta, foram até ao gabinete e aí Deputado Anderson já estava lá no gabinete pedindo para que a gente pudesse colocar na pauta o Projeto atendendo aqui o pedido de Vossa Excelência Deputado Anderson e de toda categoria, portanto, votando aí mais uma vez com certeza um Projeto de tamanha importância para a categoria.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só para título de informação agora, parabenizar todos os que votaram pelo Veto, pela derrubada, mas, não sei se já foi retirado de tramitação o mesmo Projeto que o Deputado Anderson havia pedido, inclusive, a gente dado o nosso indeferimento, nosso, pela rejeição, mas dizer, que o que foi aprovado hoje não é inconstitucional, é matéria total-

mente constitucional que vai dá legitimidade apenas a essa nomenclatura e por entender também essa matéria, por ser Presidente da Comissão de Segurança Pública, nós pedimos também o deferimento que seja retirado de tramitação o Projeto de autoria do Deputado Anderson, agora, nesse exato momento. Tá. Já foi feito?

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Eu fiz o Requerimento, já foi retirado de tramitação o Projeto.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, só para rapidamente parabenizar, fazer um reconhecimento aqui de público ao Deputado Anderson do Singeperon, pelo trabalho que tem feito, pela dedicação que tem tido no seu mandato com as causas dos Agentes Penitenciários, dos Socioeducadores, enfim, da Segurança Pública, então parabéns Deputado Anderson, essa conquista é mérito seu, trabalho seu e a gente reconhece aqui de público o esforço que Vossa Excelência tem feito para melhorar as condições de trabalho e de salários dos nossos servidores.

O SR. CLEITON ROQUE – Sr. Presidente, só uma Questão de Ordem?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. CLEITON ROQUE – Solicitar de Vossa Excelência a possibilidade, também de consultar os demais Deputados aqui desta Casa, possibilidade de Vossa Excelência incluir na Sessão subsequente que nós vamos ter para aprovar duas matérias, uma do DETRAN e outra da SEJUS também, possibilidade da inclusão da Mensagem 016/18 que trata-se de um aporte financeiro a CMR – Companhia de Mineração de Rondônia. Esse Projeto estava com pedido de vista do Deputado Jesuíno, foi encaminhado, documentação solicitada, acredito, que as dúvidas devem ter sido dirimidas, eu solicito de Vossa Excelência a possibilidade de inclusão dessa matéria, porque dentre outras coisas, a maior parte do recurso é para compra de equipamento, tal, mas, tem uma questão que é para pagamento da energia lá da Usina, que é uma pequena parte do recurso, mas que está imbuído no Projeto de Lei. Eu peço a Vossa Excelência a possibilidade que seja incluída na Ordem do Dia e peço apoio dos Deputados para que nós possamos votar essa matéria.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está deferido o pedido do Deputado Cleiton Roque.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Sr. Presidente, eu peço que inclua na Ordem do Dia também um Projeto que mexe na estrutura da SEJUS. Esse Projeto ele não tem gasto nenhum, ele está mexendo, porque foram reduzidos muito os cargos de Chefe de Segurança, ...é do Executivo.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Esse Projeto chegou agora a pouco não foi Deputado Anderson?

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Chegou agora a pouco esse Projeto, mas ele não aumenta gasto, ele só altera algumas coisas dentro da estrutura porque hoje um Diretor de Presídio vai ganhar R\$ 400,00 para ser Diretor do Urso Branco. Qualquer Secretário que assumir a SEJUS vai ter dificuldade

de encontrar um Diretor para assumir uma tamanha responsabilidade.

Então, eu peço que esse Projeto que é tão importante e por se tratar hoje o último dia de votar esse Projeto eu peço a inclusão dele na Ordem do Dia.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O presente Projeto como foi falado chegou agora a pouco, aportou a esta Casa e o Presidente Maurão, ele está analisando esse Projeto, pediu para que seja em outra oportunidade colocado na Ordem do Dia.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Ele precisa ser votado hoje, pelo prazo.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Sr. Presidente, tem dois Projetos da SEDUC, Deputado Cleiton Roque, que nós discutimos em sede de Audiência que trata de uma compensação para as Escolas que são integrais, para os professores, para os administradores, que atingir uma meta deverão ter um benefício, essa gratificação. Porque é que não foi incluído? Hoje é o último dia. Vossa Excelência poderia colocar como Líder do Governo essa questão dessa propositura.

O SR. CLEITON ROQUE – Podemos discutir. Dizer a Vossa Excelência que o Governo está definindo a Liderança, eu já comuniquei que eu prefiro ficar ausente dessa questão, mas podemos até checar essa possibilidade com a concordância da Mesa, do Presidente, ele pode verificar a possibilidade da inclusão. Só dizer Presidente, Deputado Ezequiel Junior, que a defesa muito bem feita pelo Deputado Anderson do Singeperon aqui quanto à necessidade desta matéria; aconteceu que o ano passado, em dezembro, nós fizemos uma alteração, uma reforma onde foram diminuídos alguns valores de funções gratificadas para os gerentes de presídios, enfim, beleza. Foi encaminhado para esta Casa aqui há poucos dias, Deputado Adelino, um projeto de reforma que incluía outras Secretarias. Beleza, nós atendemos inclusive o pedido de Vossa Excelência, foi feita a retirada desta matéria, só teve duas Secretarias, uma Secretaria e o DER; o DER nós já votamos na Sessão anterior de hoje e essa da SEJUS. O quê que está acontecendo? Esta sendo feita, está retornando os valores das gratificações dos Diretores de presídios, chefes que anterior a aprovação daquela Reforma Administrativa no final do ano passado. O quê que está acontecendo? Os próprios gerentes de presídios, eles conversaram com o Deputado Anderson do Singeperon e o Deputado fez essa intermediação junto ao Executivo e se não for votado hoje, só o ano que vem.

(Às 18 horas e 17 minutos o Sr. Ezequiel Junior passa a Presidência ao Sr. Maurão de Carvalho)

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais matéria Senhor Presidente, está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, nada mais havendo a tratar invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convido uma Sessão Extraordinária para em seguida a fim de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei 911/18; Projeto de Lei Complementar 209/18; Projeto de Lei 871/18. Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 20 minutos)

CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 003/2018/CA/ALE/RO

O CORREGEDOR CHEFE DA CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, em obediência aos princípios instituídos no Art. 37, *caput*, da Constituição Federal, ao disposto no Art. 181, da LCE de nº 68/1992 e no uso das atribuições que lhe confere o Art. 18º, parágrafo 2º, incisos II e III, do Ato 009/2015, por remissão do que dispõe a Lei Complementar nº 730/2013, publicada no DO-ALE n. 057 de 16.04.14 e DO-ALE n. 2311 de 01.10.13, respectivamente;

CONSIDERANDO, o teor do memorando nº 344/DEPOL/SSI/2017, da Secretaria de Segurança Institucional da ALE/RO, datado de 07 de novembro de 2017, que encaminha o Boletim de Ocorrência nº 002/2017, ainda, considerando o despacho da Secretária Geral, de 09 de janeiro de 2018.

RESOLVE:

I - INSTAURAR sindicância, para apurar os fatos que chegaram ao conhecimento desta Corregedoria por meio do Memorando nº.344/DEPOL/SSI/2017, da Secretaria de Segurança Institucional da ALE/RO, por meio do Despacho do Secretário Geral, datado em 09 de janeiro de 2018;

II - DETERMINAR que a Primeira Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, designada por meio da Portaria nº003/2015/CA/ALE/RO, alterada pela Portaria n.014/2017/CA/ALE/RO, constituída pelos servidores estáveis, **ROGER LUZ DA SILVA**, ocupante do cargo de Assistente Técnico Legislativo, matrícula nº 100006876, como Presidente; **ABDON JACOB ATALLAH NETO**, matrícula nº 100003575, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, como Segundo Membro e **MAURICIO COELHO LARA**, Assistente Técnico Legislativo, matrícula n. 100002957 como Terceiro Membro, para que dentro do prazo legal, procedam à apuração.

III - A referida sindicância deverá seguir o estabelecido no artigo 183 e seguintes, da Lei Complementar 68/92.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da ALE-RO.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Porto Velho-RO, 20 de abril de 2018.

OSCAR DIAS DE SOUZA NETTO
Corregedor Chefe